

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Eng CARLOS ELÍZIO SANTIAGO NERY

**A importância do Programa Calha Norte no
desenvolvimento da infraestrutura militar na Amazônia
Ocidental nos últimos 20 anos**



Rio de Janeiro
2019

Cel Eng CARLOS ELÍZIO SANTIAGO NERY

**A importância do Programa Calha Norte no
desenvolvimento da infraestrutura militar na Amazônia
Ocidental nos últimos 20 anos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Ciências Militares, com
ênfase em Política, Estratégia e Administração
Militar.

Orientador: Cel Inf ANDRÉ VICENTE SCAFUTTO DE MENEZES

Rio de Janeiro
2019

N443i Nery, Carlos Elizio Santiago

A importância do Programa Calha Norte no desenvolvimento da infraestrutura militar na Amazônia Ocidental nos últimos 20 anos / Carlos Elizio Santiago Nery. —Rio de Janeiro: ECEME, 2019.

82 p.: il. color.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército). — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2019

Referências Bibliográficas: p. 79-82.

1. GOVERNANÇA CORPORATIVA. 2. DIAGNÓSTICO. 3. POLÍTICA PÚBLICA. 4. AMAZÔNIA. I. Título.

CDD 355.45

Cel Eng CARLOS ELÍZIO SANTIAGO NERY

**A importância do Programa Calha Norte no
desenvolvimento da infraestrutura militar na Amazônia
Ocidental nos últimos 20 anos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Ciências Militares, com
ênfase em Política, Estratégia e Administração
Militar.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO AVALIADORA

André Vicente Scafutto de Menezes - Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

José Ramalho Vaz de Britto Neto - Cel Eng - 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Carlos Eduardo Franco Azevedo – Cel R/1 Eng - 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À Deus pela oportunidade que me foi dada de conhecer a Amazônia por nascimento e profissão, a meus pais pela educação que me foi proporcionada e a minha amada esposa Cleomar e minhas queridas filhas Clézia e Brenda, pelo auxílio e tolerância durante a execução deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente a Deus, por ter me proporcionado a vida, a oportunidade de ter nascido na Amazônia e conhecer um pouco daquela maravilha terrena.

A meus pais, que me deram a formação ética e moral para entender que o sucesso só vem antes do trabalho no dicionário.

Ao Exército Brasileiro, que me proporcionou a vivência profissional de quase dez anos na nossa Amazônia.

Ao Sr Brigadeiro Dantas, Diretor do Departamento do Programa Calha Norte e a toda a equipe de trabalho daquela notável expressão de política pública, a nossa gratidão pela atenção e prontas respostas aos questionamentos formulados para a elaboração deste trabalho.

Ao meu orientador, Coronel de Infantaria André Vicente Scafutto de Menezes, meus sinceros agradecimentos pelo esforço e tolerância durante a elaboração deste trabalho. Agradeço pela orientação eficiente e oportuna, bem como pelas sugestões que colaboraram com a finalização desta missão.

A todos os amigos que cooperaram na resolução deste trabalho científico.

RESUMO

O presente trabalho visa tecer um paralelo entre o papel do Programa Calha Norte (PCN) e o desenvolvimento da infraestrutura militar na Amazônia Ocidental nos últimos vinte anos, objetivando relacionar a aplicação de políticas públicas de qualidade no crescimento socioeconômico de áreas anecúmenas do território brasileiro. A região foi escolhida por representar, ainda, uma vulnerabilidade estratégica do Brasil por possuir grandes vazios demográficos e dificuldades de integração ao restante do território nacional. O período de 20 anos reflete o tempo de administração do PCN sob a égide do Ministério da Defesa (MD). A importância do assunto é ratificada pelo Programa ter sido planejado como plano de ação governamental, inserido dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, sendo concebido com os seguintes objetivos principais: colonização e desenvolvimento, controle territorial e defesa nacional e, ainda, relações bilaterais com os países vizinhos. No atual momento, o cerne da política pública é aumentar a presença do Poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a Soberania Nacional, possibilitando assistência às populações e fixando o homem no interior. Para abordagem do assunto foi necessário dividir o trabalho em cinco partes, cada uma com objetivos parciais a serem atingidos. Inicialmente, realizou-se uma introdução, a qual procurou situar o Programa no contexto de políticas setoriais e alicerçar o trabalho no aspecto da pesquisa científica. O próximo capítulo refere-se à organização do Ministério da Defesa e a estrutura organizacional do PCN no nível do MD e do Comando Militar da Amazônia, apresentando as principais atribuições de cada componente e avaliando a validade desta composição. O terceiro capítulo apresenta o embasamento legal do Programa e as normativas que orientam a aplicação de verbas públicas, especificamente na área de responsabilidade do CMA. O último capítulo deste trabalho trata sobre a atuação do PCN como indutor do desenvolvimento regional, apresentando suas principais realizações na implementação da infraestrutura militar nas unidades da Federação assistidas na Amazônia Ocidental e os reflexos para a Expressão Militar do Poder Nacional. Como conclusão, afirma-se que as ações da política pública setorial do Ministério da Defesa refletiram num aperfeiçoamento da estrutura organizacional das Forças Armadas na região ocidental da Amazônia e cooperaram com o desenvolvimento daquela porção estratégica do território nacional.

Palavras-chave: Calha Norte, Faixa de Fronteira, Política Pública, Comando Militar da Amazônia, Ministério da Defesa e Governo Federal.

RESEÑA

El presente trabajo pretende tejer un paralelo entre el papel del Programa Calha Norte (PCN) y el desarrollo de la infraestructura militar en la Amazonía Occidental en los últimos veinte años, con el objetivo de relacionar la aplicación de políticas públicas de calidad en el crecimiento socioeconómico de áreas despobladas del territorio brasileño. La región fue elegida por representar, aún, una vulnerabilidad estratégica de Brasil porque posee grandes vacíos demográficos y dificultades de integración al resto del territorio nacional. El período de 20 años refleja el tiempo de administración del PCN bajo la égida del Ministerio de Defensa (MD). La importancia del asunto es ratificada por el hecho de que el Programa haber sido planificado como plan de acción gubernamental, insertado dentro del Plan Nacional de Desarrollo (PND) de la Nueva República, siendo concebido con los siguientes objetivos principales: colonización y desarrollo, control territorial y defensa nacional y, además, relaciones bilaterales con los países vecinos. En el momento actual, el núcleo de la política pública es aumentar la presencia del Poder Público en su área de actuación, contribuyendo con la Soberanía Nacional, posibilitando asistencia a las poblaciones y fijando al hombre en el interior. Para abordar el asunto fue necesario dividir el trabajo en cinco partes, cada una con objetivos parciales a ser alcanzados. Inicialmente, se realizó una introducción, la cual buscó situar el Programa en el contexto de políticas sectoriales y fundamentar el trabajo en el aspecto de la investigación científica. El próximo capítulo se refiere a la organización del Ministerio de Defensa y a la estructura organizativa del PCN a nivel del MD y del Comando Militar de la Amazonía (CMA), presentando las principales atribuciones de cada componente y evaluando la validez de esta composición. El tercer capítulo presenta el fundamento jurídico del Programa y las normativas que orientan la aplicación de fondos públicos, específicamente en el área de responsabilidad del CMA. El último capítulo de este trabajo trata sobre la actuación del PCN como inductor del desarrollo regional, presentando sus principales logros en la implementación de la infraestructura militar en las unidades de la federación asistidas en la Amazonía Occidental y los reflejos para la Expresión Militar del Poder Nacional. Como conclusión, se afirma que las acciones de la política pública sectorial del Ministerio de Defensa reflejaron en un perfeccionamiento de la estructura organizacional de las Fuerzas Armadas en la región occidental de la Amazonía y cooperaron con el desarrollo de esa porción estratégica del territorio nacional.

Palabras clave: Calha Norte, Banda de Frontera, Política Pública, Comando Militar de la Amazonía, Ministerio de Defensa y Gobierno Federal.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1	– Área de atuação do Programa Calha Norte 2018.....	16
Figura 2	– Estrutura Organizacional do Ministério da Defesa.....	24
Figura 3	– Estrutura Organizacional da Secretaria Geral do Ministério da Defesa	25
Figura 4	– Estrutura Organizacional do Departamento do Programa Calha Norte.....	27
Figura 5	– Estrutura Organizacional do Comando do CMA.....	34
Tabela 1	– Crescimento da área de atuação do Programa Calha Norte.....	39
Figura 6	– Escola Municipal em Bonfim – RR	43
Figura 7	– Praça construída em Mazagão - AP.....	44
Figura 8	– Unidade de Saúde em Juruá – AM.....	44
Figura 9	– Universidade em Caracaraí – RR.....	44
Figura 10	– Rodoviária em Colorado do Oeste – RO.....	44
Tabela 2	– Quadro resumo de valores das vertentes civil e militar (2003–2018)....	50
Figura 11	– Aporte de recursos em operações do EB nos últimos 3 anos.....	52
Tabela 3	– Quadro comparativo de valores empenhados das vertentes civil e Militar.....	54
Figura 12	– Instalações do Serviço de Sinalização Náutica do Noroeste.....	60
Tabela 4	– Emprego de recursos do 9º DN.....	61
Figura 13	– Contenção de talude.....	61
Figura 14	– Simuladores navais.....	61
Figura 15	– Lancha Aruanã.....	61
Figura 16	– Manutenção de PNR.....	61
Figura 17	– Desdobramento dos pelotões especiais de fronteira no CMA.....	64
Figura 18	– Organograma da 1ª Bda Inf SI.....	66
Figura 19	– Blocos de PNR da 1ª Bda Inf SI.....	67
Figura 20	– Desdobramento da 2ª Bda Inf SI.....	69
Tabela 5	– Principais obras do 3º BIS.....	70
Figura 21	– Pórtico.....	70
Figura 22	– Pavilhão Garagem.....	70
Figura 23	– Estande de Tiro.....	70

Figura 24 – Corpo da Guarda dos Paióis.....	70
Tabela 6 – Principais obras da 2ª Bda Inf Sl.....	71
Figura 25 – Bloco de PNR para oficiais.....	71
Figura 26 – Bloco de PNR para subtenentes e sargentos.....	71
Tabela 7 – Principais obras da 16ª Bda Inf Sl.....	72
Figura 27 – Bloco de PNR.....	73
Figura 28 – Pavilhão Almojarifado.....	73
Figura 29 – Pavilhão Manutenção.....	73
Figura 30 – Rampa de acesso.....	73
Tabela 8 – Principais obras da COMARA.....	75
Figura 31 – Aeródromo de Estirão do Equador – AM.....	75
Figura 32 – Aeródromo de Yauaretê - AM.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Acre
ACISO	Ação Cívico Social
AM	Amazonas
Amv	Aeromóvel
Amz	Amazônia
AP	Amapá
Art	Artigo
ASPLAN	Assessoria Especial de Planejamento
ASSHOP	Atividades de Assistência Hospitalar
ASTECH	Assessoria Técnica
Bda	Brigada
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
B Log	Batalhão Logístico
CAN	Correio Aéreo Nacional
CAE	Chefia de Assuntos Estratégicos
CCONV	Coordenação de Controle de Convênios
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CEORF	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
CEF	Companhia Especial de Fronteira
CFAC	Comando de Fronteira Acre
CFRN	Comando de Fronteira Rio Negro
CFRO	Comando de Fronteira Rondônia
C Fron Jur	Comando de Fronteira Juruá
CFRR	Comando de Fronteira Roraima
CFSOL	Comando de Fronteira Solimões
CHELOG	Chefia de Logística
CHOC	Chefia de Operações Conjuntas
CISSET	Secretaria de Controle Interno
Cia	Companhia
CMA	Comando Militar da Amazônia
Cmdo	Comando

CMiD	Conselho Militar de Defesa
Cmt	Comandante
COAF	Coordenação de Análise Financeira
Com	Comunicações
COMARA	Comissão de Aeroportos da Região Amazônica
CONJUR	Consultoria Jurídica
COTEC	Coordenação de Análise Técnica e de Vistoria
CRO/12	Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar
DEC	Departamento de Engenharia e Construção
DEF	Destacamento Especial de Fronteira
DIAF	Divisão de Execução Orçamentária e Análise Financeira
DICONV	Divisão de Convênios
DIENG	Divisão de Engenharia
DIRINFRA	Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica
DN	Distrito Naval
DOC	Diretoria de Obras de Cooperação
DOM	Diretoria de Obras Militares
DPCN	Departamento do Programa Calha Norte
EB	Exército Brasileiro
EC	Emenda Constitucional
ECEME	Escola de Comando e Estado – Maior do Exército
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EME	Estado-Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
Eng	Engenharia
Escrt Pjt	Escritório de Projetos
ESG	Escola Superior de Guerra
Esqd C Mec	Esquadrão de Cavalaria Mecanizado
FAB	Força Aérea Brasileira
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
Gpt E	Grupamento de Engenharia
Gu	Guarnição

hab/km ²	Habitante por quilômetro quadrado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Inf	Infantaria
IPC	Instituto Pandiá Calógeras
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MA	Maranhão
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
Med	Médico
Mil	Militar
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NADE	Núcleo de Acompanhamento de Danos ao Erário
OADI	Órgão de Assessoramento Direto e Imediato
OM	Organização Militar
OMDS	Organização Militar Diretamente Subordinada
OMV	Organização Militar Vinculada
OPUS	Sistema Unificado de Processo de Obras
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
P	Posto
PA	Pará
PCN	Programa Calha Norte
PCTD	Pessoal Civil por Tempo Determinado
PDOM	Plano Diretor de Organização Militar
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
Pel PE	Pelotão de Polícia do Exército
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PND	Política Nacional de Defesa
PNR	Próprio Nacional Residencial
PTTC	Prestação de Tarefa por Tempo Certo
LOA	Lei Orçamentária Anual

RCL	Receita Corrente Líquida
RM	Região Militar
RO	Rondônia
RR	Roraima
SATA	Serviço de Apoio Técnico e Administrativo
SATM	Serviço de Assistência Técnica Militar
SEORI	Secretaria de Organização Institucional
SEPESD	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
SEPROD	Secretaria de Produtos de Defesa
SG	Secretaria - Geral
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SICONV	Sistema de Convênios
SIOC	Sistema Informatizado de Obras de Cooperação
SI	Selva
SOM	Sistema de Obras Militares
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SSN-9	Serviço de Sinalização Náutica do Noroeste
TCU	Tribunal de Contas da União
TO	Teatro de Operações
ZD	Zona de Defesa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMA.....	16
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Objetivo geral	17
1.2.2 Objetivos específicos	17
1.3 HIPÓTESE.....	18
1.4 VARIÁVEIS	18
1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	19
1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	19
1.7 REFERENCIAL TEÓRICO	20
1.7.1 A Importância das ações implementadas pelo PCN	20
1.7.2 O Desenvolvimento nas áreas de atuação do programa	20
1.8 METODOLOGIA	21
1.8.1 Tipo de pesquisa	21
1.8.2 Universo e amostra	21
1.8.3 Coleta de dados	22
1.8.4 Tratamento dos dados	22
1.8.5 Limitações do método	22
2 ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA CALHA NORTE	23
2.1 O MINISTÉRIO DA DEFESA.....	23
2.1.1 A Estrutura organizacional do Ministério da Defesa	24
2.2 A ESTRUTURA DO PROGRAMA CALHA NORTE NO MINISTÉRIO DA DEFESA	26
2.3 A ESTRUTURA DO PROGRAMA CALHA NORTE NO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA.....	32
2.4 CONCLUSÃO PARCIAL.....	35
3. ASPECTOS LEGAIS DO PROGRAMA CALHA NORTE	36
3.1 EMBASAMENTO LEGAL.....	36
3.2 NORMATIVAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA	39
3.3 DOCUMENTAÇÃO APLICADA NO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	45
3.4 CONCLUSÃO PARCIAL	48
4. O PROGRAMA CALHA NORTE E A INFRAESTRUTURA MILITAR	49
4.1 COMPARAÇÃO DAS VERTENTES CIVIL E MILITAR.....	49
4.1.1 Considerações acerca dos valores disponibilizados	50
4.1.2 Oportunidades de aumento de crédito para a vertente militar	51
4.2 MELHORIAS DA INFRAESTRUTURA MILITAR NA AMAZÔNIA OCIDENTAL	55
4.2.1 Situação socioeconômica da Amazônia Ocidental	56

4.2.2 A atuação da Marinha do Brasil na Amazônia Ocidental	58
4.2.3 A atuação do Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental.....	61
4.2.4 A atuação da Força Aérea Brasileira na Amazônia Ocidental	73
4.3 CONCLUSÃO PARCIAL.....	75
5. CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

O Programa Calha Norte (PCN) foi criado em 1985 com o objetivo de proporcionar o progresso à região amazônica devido ao crescimento de interesses internacionais sobre àquela porção do território brasileiro. A partir de 1999, a coordenação do Programa passou para o Ministério da Defesa, que deu continuidade à melhoria da infraestrutura militar das Forças Armadas, possibilitando a manutenção da integração da Amazônia ao Brasil.

Segundo Myiamoto (2004, p. 192-194), o aumento da importância estratégica da Amazônia pode ser atribuído, primeiramente, às críticas e às pressões da comunidade internacional que recaíam sobre o governo brasileiro, acerca de questões ambientais, terras indígenas e movimentos guerrilheiros próximos às fronteiras nacionais. Além disso, o autor acrescenta que a superação de desconfianças mútuas e a consequente melhoria das relações entre Brasil e Argentina, com a assinatura de vários acordos na área nuclear, permitiram que a região Sul do País passasse de maior prioridade a um plano secundário na área de defesa.

Atualmente, o Programa Calha Norte abrange 393 municípios em nove Estados da Federação [Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira), Pará, Rondônia, Roraima e, parcialmente, Maranhão], dos quais 167 são ao longo dos 13.938 Km da faixa de fronteira. O PCN tem uma área de atuação de 3.135.587 km² que corresponde a 44,96% do território nacional, onde habitam cerca de vinte milhões de pessoas, dentre as quais se inclui 50% da população indígena do Brasil. O programa é fundamental para essa área, aumentando a presença do Estado e contribuindo para a vivificação do interior.

No Brasil, essa forma de povoamento de áreas anecúmenas teve origem no modelo de colonização da coroa portuguesa, a qual edificou fortes, objetivando a guarda do litoral e das fronteiras, empreendimentos que possibilitaram o povoamento dos territórios circunvizinhos às edificações, dando início a diversas cidades como Belém (Forte do Presépio), Manaus (Forte de São José do Rio Negro), São Gabriel da Cachoeira (Forte de São Gabriel da Cachoeira), Boa Vista (Forte de São Joaquim), entre outros, que serviram para idealizar o Programa Calha Norte.



FIGURA 1 – Área de atuação do Programa Calha Norte 2018

Fonte: Ministério da Defesa

1.1 PROBLEMA

A região amazônica e a faixa da fronteira oeste do Brasil constituem-se em reservas ricas em recursos naturais e em biodiversidade e, ainda, possuidoras dos biomas mais importantes e conservados do País, a Floresta Amazônica e o Pantanal, ocupando cerca da metade do território brasileiro e caracterizando-se como as últimas fronteiras agropecuárias do espaço físico nacional. Em contrapartida, há diversos fatores que dificultam o desenvolvimento e a integração dessa parte do território nacional, tais como: a grande distância do centro do poder, a ausência de centros urbanos de grande porte, a falta de infraestrutura que

proporcione o crescimento econômico e a baixa densidade demográfica, os quais são óbices ao crescimento econômico e a melhorias sociais.

Pelos fatores apresentados, se observa a grande importância da implantação de políticas públicas que visem o desenvolvimento econômico regional e a ocupação desse território, buscando a indução do progresso e facilitando ações de defesa daquela porção do Brasil, objetivando o incremento do crescimento socio econômico e, conseqüentemente, o fortalecimento da soberania nacional. O presente trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido em torno do seguinte problema: de que maneira associar políticas públicas em Defesa, como o PCN, como indutoras do desenvolvimento nacional na Amazônia Ocidental?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos a serem apresentados balizaram a elaboração do trabalho científico aqui representado, classificando-se como geral, que refere-se ao cerne norteador da pesquisa científica e os específicos, os quais equivalem às partes formadoras da análise em questão.

1.2.1 **Objetivo geral**

Este objetivo foi o responsável por apresentar as ações adotadas pelo Programa Calha Norte, nos últimos 20 anos, na melhoria da infraestrutura militar na Amazônia Ocidental, como vetor de indução do desenvolvimento nacional.

1.2.2 **Objetivos específicos**

Os objetivos específicos possuem a função de representar as porções formadoras da análise geral do trabalho científico, equivalente aos capítulos que foram elaborados neste texto com os seguintes aspectos: analisar a organização do Programa Calha Norte, estudar a legislação do PCN para a aplicação de verbas públicas, analisar a atuação do PCN como indutor do desenvolvimento nacional na Amazônia Ocidental e apresentar a melhoria da infraestrutura militar desde 1999.

1.3 HIPÓTESE

Desde 1999, sob a coordenação do Ministério da Defesa, o Calha Norte tem o propósito de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica, fronteira oeste e meio norte. O Programa abrange os estados da Região Norte e Centro-Oeste, com exceção de Tocantins e Goiás, e, ainda, parte do Maranhão, totalizando 9 unidades da Federação. Observando o problema apresentado, pôde-se levantar a seguinte hipótese: o Programa Calha Norte, implementado sob a égide do Ministério da Defesa, é um exemplo de política pública que atua como indutora do desenvolvimento nacional.

1.4 VARIÁVEIS

Segundo a metodologia da pesquisa científica, as variáveis são avaliações que devem ratificar a hipótese apresentada na pesquisa científica. As variáveis do presente estudo têm por finalidade verificar de que forma o PCN atua como indutor do desenvolvimento nacional na implantação e modernização da infraestrutura militar da Amazônia Ocidental nos últimos 20 anos.

As variáveis se relacionam entre si e classificam-se em dependentes e independentes. No caso do presente estudo científico, as variáveis independentes foram as ações implementadas pelo PCN no espaço físico e temporal apresentados no parágrafo anterior. Por sua vez, a variável dependente foi o nível de desenvolvimento alcançado nas áreas de atuação do Programa, como reflexo da indução realizada.

É importante ratificar a hipótese apresentada de que o Programa Calha Norte, implementado sob a égide do Ministério da Defesa, é um exemplo de política pública que atua como indutora do desenvolvimento nacional. A mensuração das variáveis independentes foi realizada pela apresentação da infraestrutura militar implementada e modernizada pelo PCN. Já a variável dependente foi medida por meio da verificação das melhorias alcançadas em prol do desenvolvimento das áreas cobertas pelo Programa.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Foi estudada a atuação do PCN no desenvolvimento da infraestrutura militar da Amazônia Ocidental, composta pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, sendo área de responsabilidade do Comando Militar da Amazônia. O horizonte temporal dos últimos 20 anos equivale ao período no qual o Ministério da Defesa assumiu a direção do Programa, com reflexos nas melhorias do aparato de defesa e modernização dos meios logísticos, propiciando a afirmação da soberania do Estado Brasileiro sob aquela região, juntamente com o seu desenvolvimento. Serão abordados os seguintes itens: organização do Programa Calha Norte, aspectos legais do PCN, comparação das vertentes do Programa e os principais legados da infraestrutura das três Forças Singulares.

1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O fim dos Governos Militares, em 1985, e a conseqüente assunção de José Sarney à Presidência da República foram fatos que acarretaram em modificações profundas no plano do discurso e nas políticas governamentais empreendidas na Amazônia, embora ainda prevalecesse o caráter geopolítico sobre as questões da região, quando analisadas sob uma lógica de defesa territorial (TEIXEIRA, 2006).

A Amazônia permanecia como a última fronteira a ser explorada e necessitava de políticas públicas que permitissem a sua efetiva integração ao território nacional e o povoamento de sua imensa área. Dessa forma, o Programa Calha Norte, inicialmente denominado Projeto Calha Norte, foi criado pelo Governo Federal, tendo por finalidade intensificar a presença do Estado ao norte dos rios Solimões e Amazonas, bem como promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional.

O PCN foi elaborado como plano de ação governamental, inserido dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, sendo o Projeto concebido com três objetivos principais: colonização e desenvolvimento, controle territorial e defesa nacional e, ainda, relações bilaterais com os países vizinhos. Atualmente, o objetivo principal do Programa é aumentar a presença do Poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a Defesa Nacional, proporcionando assistência às populações e fixando o homem na região.

1.7 REFERENCIAL TEÓRICO

A importância do referencial teórico ou metodológico em uma pesquisa científica consiste em discussões já realizadas sobre o assunto a ser apresentado e que devem verificar o estado do problema a ser pesquisado, sob o aspecto teórico e de outros estudos e pesquisas já realizados. O referencial teórico é que possibilita fundamentar, dar consistência a todo o estudo com a função de nortear a pesquisa.

Pela sua importância, o referencial teórico é citado em normativa que rege o ensino no âmbito do Exército, conforme a Portaria N° 41-DECEX, de 30 de abril de 2012, que aprova as instruções reguladoras do Sistema de Educação Superior Militar no Exército: Organização e Execução (EB60-IR-57.002).

1.7.1 A Importância das ações implementadas pelo PCN

O Programa Calha Norte foi concebido com o objetivo de garantir a soberania nacional em áreas anecúmenas do Brasil, em especial a Região Norte, propiciando por meio da ocupação militar, polos de desenvolvimento regional, conforme BRIGAGÃO e PROENÇA ratificam a importância da estratégia da presença na Amazônia, ao afirmarem que:

A “estratégia da presença” afirma que o Exército tem, simultaneamente, um papel civilizatório do interior do País, um papel de salvaguarda das fronteiras e a obrigação histórica e até cívica, de se fazer presente e instalado em todo o território nacional. Justifica contingentes militares dispersos, cuja lógica de atuação é um misto de promoção de povoamento e da civilização, capacidade de reagir imediatamente a um evento local, o desejo de se ter no Exército uma Instituição “territorialmente nacional” e até a tradição histórica de postos, guarnições e instalações de toda a ordem. (BRIGAGÃO e PROENÇA, 2002, p. 75).

1.7.2 O Desenvolvimento nas áreas de atuação do programa

As atividades levadas a cabo pelas Forças Armadas, no âmbito do PCN, demonstram não somente a dimensão do processo de revitalização da Infraestrutura Militar na Amazônia, considerando-se o significativo aumento de efetivos e o incremento de sua estrutura física, como também o fato de que a sua atuação perpassou praticamente todas as proposições formuladas pelo Programa, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento e para a

integração da região ao restante do País, de acordo com a normativa do Manual do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN):

O entendimento do que seja o Programa Calha Norte deve transcender em muito o aspecto militar de vigilância daquela região de relevante interesse político-estratégico, para se mostrar como um programa governamental arrojado e multidisciplinar, de considerável alcance social para os brasileiros, cuja presença em áreas inóspitas é um fator importante para assegurar a jurisdição brasileira sobre a região, despojada de interesses pessoais ou setoriais, que tenha por objetivo único o desenvolvimento consciente da área abrangida, para engrandecimento cada vez maior da nação brasileira. (BRASIL, 2018).

1.8 METODOLOGIA

A Metodologia científica é o estudo dos métodos ou dos instrumentos necessários para a elaboração de um trabalho científico. É o conjunto de técnicas e processos empregados para a pesquisa e a formulação de uma produção científica. A seguir, serão apresentados os pontos de balizamento nos quais foram elaboradas essa pesquisa científica.

1.8.1 Tipo de pesquisa

Este estudo foi conduzido, substancialmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseou sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre os assuntos relacionados ao Programa Calha Norte em livros, manuais e artigos de acesso livre, incluindo-se os disponibilizados pela rede mundial de computadores.

1.8.2 Universo e amostra

O universo desse estudo foi a atuação do PCN nas regiões Norte, Centro-Oeste e parte do Maranhão desde 1999. Como principais amostras deste trabalho foram utilizadas as do tipo não probabilística e classificadas segundo o critério de por acessibilidade, sendo tais a implementação e a modernização da Infraestrutura Militar da Amazônia Ocidental.

As amostras que foram utilizadas são ações realizadas nos quatro estados que compõem aquela porção da região (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima),

dentro do espaço temporal apresentado, as quais possuem condições de retratar a importância dessa notável política pública como indutora do desenvolvimento.

1.8.3 Coleta de dados

Neste trabalho foi realizada uma coleta de dados por intermédio da busca de informações por meio da observação, de entrevistas, por técnicas interativas e verificação na literatura ou em documentos, realizando pesquisas bibliográficas nas fontes disponíveis, para ratificação ou retificação da comprovação da hipótese apresentada.

1.8.4 Tratamento dos dados

Com o objetivo de realizar o tratamento de dados mais adequado para realização deste trabalho, foram utilizados três métodos que consistem em análise do conteúdo de material bibliográfico, em análise do discurso para avaliação de entrevistas a serem realizadas e, por meio da triangulação, foi realizada a composição dos dados obtidos por intermédio das formas anteriormente apresentadas, visando o alcance do objetivo geral desta pesquisa.

1.8.5 Limitações do método

O trabalho apresentado possui limitações no tocante a sua metodologia, especialmente, no que se refere ao nível de detalhamento do estudo a ser realizado, tendo em vista que não houve previsão de pesquisas de campo e o tempo destinado à elaboração do trabalho foi diminuto (cerca de seis meses), contudo, os métodos elencados foram adequados e possibilitaram o atingimento dos objetivos eleitos.

2 ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA CALHA NORTE

Este capítulo apresenta a estrutura do Ministério da Defesa e como o PCN está organizado para cumprir as suas missões no MD e no Comando Militar da Amazônia (CMA). É importante o entendimento de que o Programa foi criado em 1985, fato anterior a criação do órgão ministerial de Defesa, o qual veio a ser implantado no final da década dos anos 90.

2.1 O MINISTÉRIO DA DEFESA

O Ministério da Defesa (MD) foi criado em 10 de junho de 1999, em substituição ao Estado-Maior das Forças Armadas e aos Ministérios Militares. Os antigos Ministérios das Forças foram transformados em Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que são dirigidos por Oficiais-Generais nos postos de maior hierarquia na carreira militar: Almirante de Esquadra, General de Exército e Tenente-Brigadeiro do Ar, respectivamente.

O Ministério da Defesa, como órgão da administração pública federal, tem a missão de coordenar o esforço integrado de defesa, bem como contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem e do patrimônio nacional, assim como, para a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional.

O Ministério da Defesa exerce competência sobre uma diversificada gama de assuntos, alguns de grande sensibilidade e complexidade. Estes incluem operações militares e doutrina de operações conjuntas; orçamento de defesa; políticas e estratégias militares; inteligência estratégica; ciência, tecnologia e inovação; educação de defesa; saúde; mobilização nacional; sensoriamento remoto; comando e controle; além do serviço militar, entre outros.

O MD também é um ator político responsável por fomentar a cooperação com os demais setores governamentais que tenham relação com a defesa do País, alinhando projetos estratégicos com programas desenvolvidos por outras áreas do Governo Federal. No caso deste estudo, O Programa Calha Norte é um dos projetos sociais que desenvolve ações que buscam estimular uma relação harmônica e benéfica entre a Defesa Nacional e a sociedade, visando promover a identificação da população com os entes estatais responsáveis por resguardar a soberania nacional.

2.1.1 A Estrutura organizacional do Ministério da Defesa

Para o cumprimento dessas missões o Ministério possui uma estrutura organizacional adequada à gestão de assuntos complexos de defesa e à integração com a Presidência da República e junto aos outros ministérios e demais poderes constitucionais, além de setores da sociedade brasileira, conforme descrito no Livro Branco de Defesa Nacional.¹

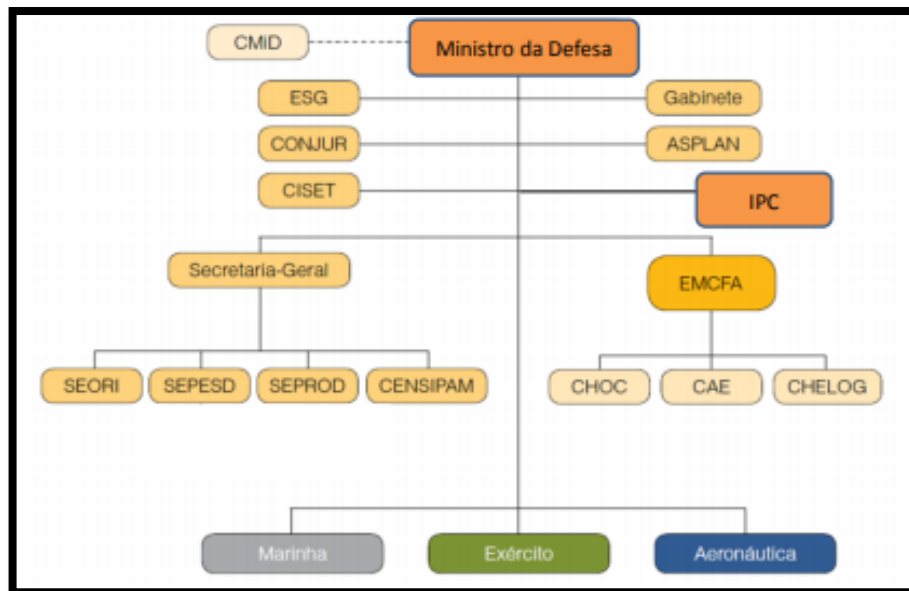


FIGURA 2 – Estrutura organizacional do Ministério da Defesa

Fonte: Minuta do Livro Branco de Defesa Nacional, 2017.

As novas perspectivas advindas com a Estratégia Nacional de Defesa e o maior protagonismo do MD no cenário brasileiro ensejaram ampla reorganização estrutural desse órgão, para promover o papel do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), das secretarias e dos outros entes que o compõem, estando essa organização em condições de atender as demandas do MD. A estrutura organizacional do Ministério contempla os segmentos a saber:

- a) Conselho Militar de Defesa (CMiD) – órgão consultivo de Defesa.
- b) Órgãos de Assessoramento Direto e Imediato (OADI)
 - Gabinete do Ministro da Defesa;
 - Escola Superior de Guerra (ESG);

¹ O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é o mais completo e acabado documento acerca das atividades de defesa do Brasil. Abrangente, visa esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à nossa soberania. A versão atual está sob apreciação do Congresso Nacional, conforme a Lei Complementar nº 97/1999, Art 9º, § 3º.

- Assessoria Especial de Planejamento (ASPLAN);
 - Consultoria Jurídica (CONJUR);
 - Instituto Pandiá Calógeras (IPC); e
 - Secretaria de Controle Interno (CISSET).
- c) Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)
- Chefia de Operações Conjuntas (CHOC);
 - Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE); e
 - Chefia de Logística (CHELOG).
- d) Secretaria-Geral (SG)
- Secretaria de Organização Institucional (SEORI);
 - Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD);
 - Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD);
 - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM); e
 - Departamento do Programa Calha Norte (DPCN).

A Secretaria-Geral foi criada em 2013 e tem como missão prover os meios e o arcabouço legal para que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas cumpram suas missões e contribuir para que a percepção de defesa do País transite com desenvoltura na Nação. Tem a missão de assessorar o Ministro da Defesa nos assuntos de sua competência e na definição de diretrizes; supervisiona, coordena e controla as atividades das demais secretarias do MD e, ainda, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e do Departamento do Programa Calha Norte, estando a seguinte estrutura em condições de coordenar as ações do PCN.

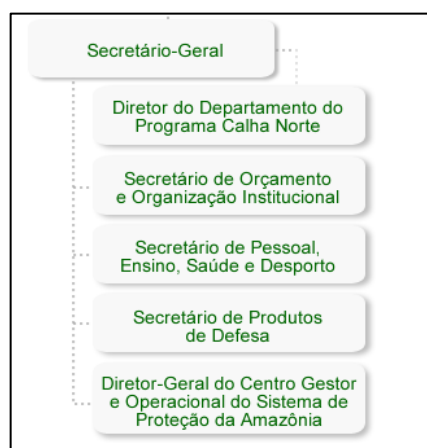


FIGURA 3 – Estrutura organizacional da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

Fonte: Ministério da Defesa

2.2 A ESTRUTURA DO PROGRAMA CALHA NORTE NO MINISTÉRIO DA DEFESA

O Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) visa o aumento da presença do Estado em uma área ao mesmo tempo estratégica, carente e sensível, contribuindo para a defesa, a soberania e o desenvolvimento nacional. Além dos recursos orçamentários transferidos diretamente para as Forças Armadas, o PCN conta com recursos oriundos de emendas parlamentares, destinadas à execução de convênios com estados e municípios inclusos na área de atuação do Programa, que atualmente atende aos municípios das unidades da federação da Região Amazônica, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira) e, parcialmente, o Maranhão. As organizações militares participam dessa política pública, propiciando a infraestrutura de apoio, com meios logísticos, patrimoniais e pessoal em sua área de atuação.

O Programa possui duas formas de aplicação de recursos, que são as vertentes civil e militar, ambas se complementam nas demandas atendidas. A vertente civil é alimentada com verbas oriundas de emendas parlamentares, cuja Ação Orçamentária (AO)² é a de código 1211 - INFRAESTRUTURA BÁSICA NA REGIÃO, cujo objeto é dar suporte para o desenvolvimento regional. A vertente militar obtém seus créditos por meio do orçamento do Ministério da Defesa com as seguintes ações orçamentárias: 20X6 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO e 2452 - ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA (PEF), sendo esta última exclusiva do Exército Brasileiro. Essas ações são voltadas para a manutenção da soberania e da integridade territorial. Os recursos recebidos são aplicados nos seguintes objetos:

- Adequação de embarcações para controle, segurança da navegação fluvial e infraestrutura;
- Infraestrutura de unidades militares;
- Ações cívico-sociais, em apoio a comunidades carentes;
- Construção e/ou manutenção das instalações dos Pelotões Especiais de Fronteira; e
- Manutenção de aeródromos.

² O Cadastro de Ações Orçamentárias tem por objetivo fornecer informações qualitativas sobre as ações programadas no orçamento de cada exercício, contribuindo para a maior transparência da atuação governamental e para subsidiar o processo de monitoramento e avaliação das ações de governo

O PCN transcende, em muito, o aspecto militar de vigilância daquela região de relevante interesse político e estratégico, para viabilizar-se em um programa governamental arrojado e multidisciplinar, cujo departamento, como órgão central de execução físico-financeira do PCN, possui diversos atributos e funções a serem apresentadas, estando organizado da seguinte forma:

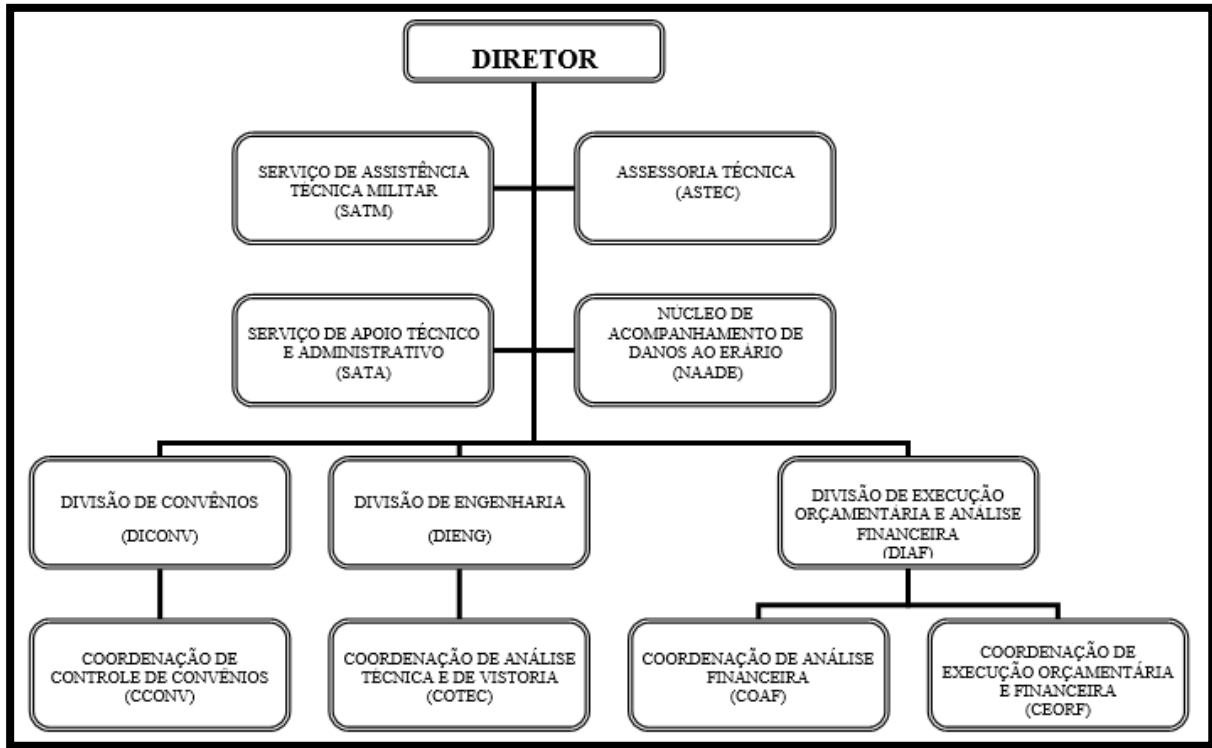


FIGURA 4 – Estrutura organizacional do Departamento do Programa Calha Norte

Fonte: Ministério da Defesa

A seguir, com a intenção de esclarecer o organograma apresentado acima e demonstrar a governança efetiva no trato com os recursos públicos nas vertentes civil e militar do PCN, serão nominados os principais cargos com suas respectivas atribuições constantes do Departamento do Programa Calha Norte, no âmbito do Ministério da Defesa.

a) Diretor

Atualmente, a função é desempenhada por um Oficial General da reserva da Força Aérea Brasileira, o Brigadeiro Roberto de Medeiros Dantas, com as seguintes missões:

- Coordenar e executar a gestão interna do Departamento do Programa Calha Norte quanto aos recursos orçamentários e financeiros destinados às Forças Armadas e aqueles oriundos de emendas;

- Propor diretrizes gerais e normas internas de procedimentos para as atividades relacionadas com a área de atuação do Programa;
- Submeter à apreciação da Consultoria Jurídica - MD os termos de convênios a serem celebrados, bem como proposta de prorrogação dos instrumentos de parceria já celebrados;
- Coordenar ações relacionadas com a aprovação de propostas de convênios, a realização dos empenhos em favor de estados e municípios, o acompanhamento da execução do convênio, o recebimento final do instrumento de parceria e a aprovação ou não da prestação de contas parcial e final;
- Autorizar termos de convênio, aditivo, prorrogação de prazo e de rescisão referentes aos convênios celebrados com estados e municípios;
- Conduzir ligações e contatos com demais setores do Ministério da Defesa, com parlamentares autores de emendas atinentes ao programa, com entes governamentais, órgãos judiciais e com as Forças Armadas, necessários ao tratamento de assuntos inerentes ao Departamento do Programa Calha Norte, na sua área de atuação; e
- Assinar os termos de convênios e aditivos, observadas as disposições pertinentes.

b) Assessoria Técnica (ASTEC)

Esta assessoria exerce o controle dos convênios junto aos estados e municípios, estando ligada diretamente ao Diretor do DPCN, com as seguintes atribuições.

- Assessorar na elaboração de termos aditivos e na compatibilidade entre as propostas dos objetos a serem conveniados;
- Acompanhar os prazos de vigência de todos os convênios celebrados,
- Propor a prorrogação dos convênios não pagos, no caso de atraso na liberação das parcelas previstas, informando ao conveniente o novo prazo de vigência.

c) Serviço de Assistência Técnica Militar (SATM)

Este órgão do DPCN é o responsável pela parte militar do Programa, mantendo enlace junto aos comandos das Forças Armadas para levantamento de necessidades e acompanhamento da aplicação dos recursos destinados, com as funções a seguir designadas.

- Assessorar nos assuntos atinentes às ações referentes à vertente militar do Programa Calha Norte;

- Estabelecer contato com representantes dos Comandos da Marinha, do Exército e da Força Aérea e com os órgãos subordinados e vinculados para a obtenção de subsídios necessários ao gerenciamento dos recursos alocados às Forças;

- Levantar as necessidades de recursos necessários juntos às Forças para a execução das obras e serviços inerentes às atividades relativas ao desenvolvimento e soberania da região; e

- Acompanhar e propor a emissão de relatórios referentes à aplicação dos recursos financeiros descentralizados para as Forças.

c) Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (SATA)

O SATA é um ente administrativo interno do DPCN, o qual desempenha funções de protocolo e ligação com o gabinete do Ministro da Defesa e outros órgãos internos integrantes do MD, possuindo as atribuições que se seguem:

- Promover o exame preliminar dos assuntos encaminhados ao Departamento, registrando-os no sistema específico;

- Preparar e tramitar os expedientes de interesse do Departamento;

- Acompanhar, junto aos demais setores do Ministério da Defesa o trâmite da documentação encaminhada.

d) Núcleo de Acompanhamento de Danos ao Erário (NADE)

Assessoria com funções administrativas de controle interno do DPCN para tomada de contas e procedimentos de solução de emprego incorreto dos recursos do Programa, com as seguintes missões previstas:

- Acompanhar os processos de danos ao erário e dívida ativa da União instaurados;

- Responder às solicitações dos órgãos de controle interno e externo, policiais e judiciários no tocante à Tomada de Contas Especial (TCE) e processos de dívida ativa da União;

- Realizar os registros de inclusão, alteração, suspensão e baixa no Cadastro de Inadimplentes de Crédito Não-Quitados do Setor Público Federal (CADIN); e

- Acompanhar os processos de parcelamento de débitos oriundos da inexecução parcial ou total do objeto de convênios ou contrato de repasse, conforme a legislação vigente.

e) Divisão de Convênios (DICONV)

- Coordenação de Controle de Convênios (CCONV)

A DICONV e a CCONV são órgãos executivos da aplicação de recursos de convênios da vertente civil do Programa, sendo de grande importância por tratarem das emendas parlamentares, maior fonte de recursos do PCN. Atuam durante todo o processo de elaboração dos instrumentos de parceria em coordenação com o Poder Legislativo para a execução por parte dos governos dos estados e prefeituras e fiscalização junto aos convenentes, realizando as ações abaixo elencadas:

- Coordenar e articular as ações de implementação de infraestrutura básica nos municípios da região do Calha Norte;

- Acompanhar e participar das discussões relativas às emendas parlamentares com o objetivo de identificar o potencial estratégico desses recursos para o Programa;

- Assessorar os parlamentares na indicação e acompanhamento das emendas para o Programa;

- Coordenar e administrar os recursos orçamentários das emendas parlamentares;

- Analisar a proposta/plano de trabalho, aprovar, gerar, assinar, celebrar, publicar e acompanhar os convênios até a liberação do recurso financeiro;

- Encaminhar para empenho os convênios aprovados, em conformidade com os limites de créditos disponibilizados; e

- Emitir pareceres afetos à celebração de convênios.

e) Divisão de Engenharia (DIENG)

1) Coordenação de Análise Técnica e de Vistoria (COTEC)

A DIENG é uma divisão formada pelo corpo técnico de engenheiros militares do Departamento do Programa Calha Norte, o qual atua no acompanhamento da execução de obras, bem como nas aquisições de equipamentos de engenharia em ambas vertentes do PCN. Para isso, executa as seguintes ações:

- Realizar as análises técnicas e aprovação dos projetos básicos de engenharia (obras/serviços) e/ou termos de referência (equipamentos), encaminhados pelos convenentes;

- Elaborar pareceres técnicos sobre pleitos de termo aditivo, de questionamentos oriundos de órgãos fiscalizadores, de outros setores da

administração central do Ministério da Defesa e de discordância no teor do laudo de vistoria;

- Analisar a execução do convênio, através da aba "Acompanhamento e Fiscalização", sob a ótica da engenharia, no Sistema de Convênios (SICONV);

- Realizar vistorias técnicas às obras e/ou aos equipamentos dos objetos dos convênios para liberação de parcela e o ateste final com a emissão dos respectivos laudos de vistoria;

- Lançar, acompanhar e atualizar os dados referentes aos convênios celebrados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento; e

- Prestar orientações necessárias aos convenentes.

f) Divisão de Execução Orçamentária e Análise Financeira (DIAF)

A DIAF é um órgão responsável pelo controle financeiro dos convênios firmados com os governos dos estados e as prefeituras. Possui duas coordenações, a Coordenação de Análise Financeira (COAF) e Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEORF), cada uma com ações distintas de análise contábil dos termos de convênio e fiscalização sobre as aplicações dos recursos dispendidos às unidades da Federação e entes municipais, respectivamente.

Cabe à COAF as seguintes missões:

- Realizar as análises das prestações de contas, emitindo o competente relatório e notificação ao gestor convenente;

- Elaborar as notificações aos convenentes para o saneamento de impropriedades e irregularidades identificadas nas análises;

- Manter atualizados os registros de informações relativas aos convênios nos sistemas informatizados da administração pública federal e no SICONV;

- Orientar o público externo e interno, quanto à aplicação das normas para a elaboração das prestações de contas de convênios;

- Assessorar o Ordenador de Despesa do Departamento quanto à instauração de Tomada de Contas Especial;

- Elaborar os relatórios que comporão a Prestação de Contas Anual do PCN;

- Executar as visitas técnicas preventivas de análise financeira junto aos convenentes;

- Analisar e responder as diligências recebidas de órgãos de fiscalização e controle interno e externo; e

- Acompanhar as decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) referentes aos julgamentos das TCE relativas aos convênios do PCN.

No tocante à CEORF, as seguintes funções são previstas:

- Executar e controlar as atividades relacionadas com recursos de convênios vinculados ao PCN;

- Proceder a execução orçamentária dos recursos destinados ao DPCN; e

- Realizar a conformidade de operadores junto ao SIAFI, bem como as ações de conformidade no referido sistema e suporte documental do Departamento.

Após a apresentação da estrutura do DPCN/MD, aliada às principais atribuições dos diversos órgãos que o compõe, observa-se que o Departamento está muito bem organizado para cumprir suas responsabilidades de coordenação e fiscalização dos diversos entes que formam o Programa e que atuam, preventivamente, no acompanhamento dos processos administrativos de aquisição de meios e execução da infraestrutura nas vertentes civil e militar, além do minucioso controle interno para evitar e acompanhar danos ao erário.

A ressalva a ser realizada é no tocante à mobilização de pessoal para essa estrutura, tendo em vista que o Ministério da Defesa enfrenta dificuldades para obter a quantidade necessária de efetivo devido à aposentadoria de servidores civis e ausência de novas contratações pela nova política de pessoal do Governo Federal em não realizar concursos públicos, visando a diminuição dos cargos de trabalho por questões econômicas. Os efetivos militares que compõe o DPCN também são muito justos, não ocorrendo reservas para suplantam a falta de mão de obra. Uma possível solução para esta questão é a contratação de recursos humanos por meio de Processo Seletivo Simplificado para a contratação de Pessoal Civil por Tempo Determinado (PCTD), com base na alínea “a” do inciso VI do art. 2º, da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993³

2.3 A ESTRUTURA DO PROGRAMA CALHA NORTE NO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

Dando sequência ao estudo da organização do Programa Calha Norte, a partir deste ponto, será apresentada a estrutura do PCN no âmbito do Comando Militar da

³ Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

Amazônia (CMA), Grande Comando com sede na cidade de Manaus/AM, cuja área de responsabilidade se configura pela porção do território nacional conhecida como Amazônia Ocidental, formada pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Esta área apresentada foi onde o Programa iniciou suas atividades, quando de sua criação em 1985, sendo de grande valia na garantia da soberania e no desenvolvimento daquela região, cooperando com a missão do CMA de guarnecer o território e atuar no desenvolvimento regional, conforme estabelecido.

1. A fim de possibilitar ao Exército a defesa da Pátria, este C Mil A deverá estar em condições de:
 - a. em tempo de paz, participar na dissuasão de ameaças aos interesses nacionais; e
 - b. em situação de guerra ou conflito externo:
 - 1) se constituído em Comando do Teatro de Operações, conduzir, em sua área de responsabilidade, a campanha militar para derrotar o inimigo que agredir ou ameaçar a soberania, a integridade territorial, o patrimônio e os interesses vitais do Brasil.
 - 2) se localizado no espaço geográfico sob jurisdição nacional não incluído no(s) Teatro(s) de Operações (TO), constituir um Comando de Zona de Defesa (ZD), combinado ou não, destinado a realizar operações de Defesa Territorial contra ações inimigas, bem como garantir a segurança de sua respectiva ZD.
2. A fim de contribuir para a garantia da lei e da ordem e dos poderes constitucionais, o Exército deve manter-se em condições de ser empregado em sua área de responsabilidade, em situação emergencial e temporária, depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, conforme relacionados no Art. 144 da Constituição Federal.
3. Ficar em condições de participar de operações internacionais, de acordo com os interesses do País, bem como em ações subsidiárias, **participar do desenvolvimento nacional** e da defesa civil, conforme a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 – Presidência da República. (BRASIL, 2019) (GRIFO NOSSO).

O responsável por desenvolver as atividades do PCN na área do CMA, é o Chefe do Escritório de Projetos (Escrt Pjt), função que pode ser exercida por um Oficial Superior, podendo ser da ativa ou da reserva, sendo competente para assessorar o Comandante Militar da Amazônia (Cmt Mil Amz) nos assuntos pertinentes ao planejamento e controle dos Projetos Estratégicos do Exército, do Programa Calha Norte e do Projeto Soldado Cidadão, além de elaborar, planejar e controlar a realização de ações que se refiram ao planejamento contido no Plano Estratégico do Exército e elaborar os projetos de interesse do Comando do CMA.

Entre as diversas atribuições do Chefe do Escrt Pjt, pode-se citar a ligada ao PCN, que consiste em planejar e controlar as ações referentes ao Programa Calha Norte no âmbito do CMA, contudo, devido à complexidade e gama de missões do

Escritório de Projetos, foi necessário prover as diversas funções com gestores específicos para cada ação. Dessa forma, foi observada a necessidade de designar um gestor do Programa com o intuito de atuar exclusivamente nas ações inerentes a essa política pública.

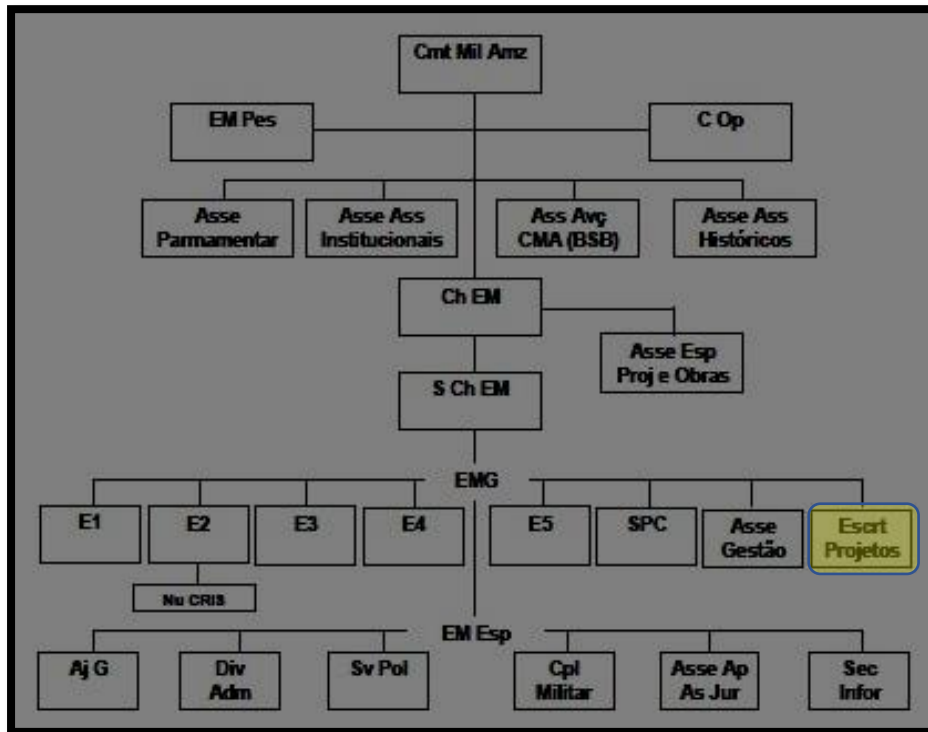


FIGURA 5 – Estrutura Organizacional do Comando do CMA

Fonte: Comando Militar da Amazônia

Atualmente, o Gestor do PCN no âmbito do CMA é um Coronel da Reserva, cuja contratação foi executada por Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC) conforme a Portaria nº 218 – do Comandante do Exército, de 20 de março de 2017, que estabelece as normativas deste procedimento para militares inativos, no âmbito do Exército. Esse Oficial da Reserva atua em conjunto com os oficiais de logística da 12ª Região Militar (12ª RM), das 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI), 2ª Bda Inf SI, 16ª Bda Inf SI, 17ª Bda Inf SI e organizações militares diretamente subordinadas e vinculadas em prol das atividades do Programa.

Dentre as principais missões do gestor do PCN no CMA, podem-se citar as seguintes atividades:

- Levantar as necessidades de material e recursos no âmbito das organizações militares (OM) do CMA;
- Priorizar essas necessidades para elaboração do plano de necessidades;

- Mediante aprovação do Cmt Mil Amz, encaminhar ao Estado-Maior do Exército (EME) para avaliação e remessa ao MD;
- Acompanhar o repasse de recursos para as OM por meio de notas de crédito;
- Aprovar o Relatório de Execução Físico-Financeiro dos recursos recebidos por cada OM; e
- Elaborar o Relatório de Execução Físico-Financeiro que é enviado para o EME.

2.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Neste capítulo, foi apresentada uma síntese da estrutura organizacional do Programa Calha Norte no âmbito do Ministério da Defesa e do Comando Militar da Amazônia, elencando as principais funções das divisões e seções do Departamento do Programa Calha Norte no MD e do Gestor do PCN do Escritório de Projetos do CMA. Este conteúdo demonstra a forte organização que rege os vultosos recursos oriundos de emendas parlamentares e do orçamento da defesa para ações que visem garantir a soberania nacional e o progresso das regiões atendidas pelo Programa, especialmente o desenvolvimento da infraestrutura militar da Amazônia Ocidental, objeto deste trabalho.

A oportunidade de melhoria recai na falta de mobilização de pessoal para essa estrutura devido ao Ministério da Defesa possuir deficiência em conseguir um efetivo adequado pela falta de novas contratações pelo Governo Federal e o término do período de trabalho de servidores civis de carreira. A quantidade de pessoal militar que integra o DPCN também é muito diminuta e não possui suplementação para a falta de mão de obra. Pelo exposto, a possibilidade que se apresenta é a contratação de Pessoal Civil por Tempo Determinado (PCTD).

3. ASPECTOS LEGAIS DO PROGRAMA CALHA NORTE

Dando continuidade à realização deste Trabalho Científico, neste capítulo serão abordadas as justificativas legais que norteiam as diretrizes administrativas do Programa Calha Norte no âmbito do Governo Federal e do Ministério da Defesa e as aplicabilidades legais ao Exército Brasileiro, especialmente no que concerne ao Comando Militar da Amazônia.

3.1 EMBASAMENTO LEGAL

É notório que a grande maioria da população brasileira não conhece, profundamente, o papel desempenhado pelas Forças Armadas (FA) em nosso País, associando-as, na maioria das vezes, somente aos desígnios do Artigo nº 142 da Constituição Federal, o qual estabelece a perenidade, a organização e o comando supremo dessas Instituições, atribuindo-lhes suas funções de defesa da Pátria, guardiãs da Constituição e manutenção da Lei e da Ordem, conforme se transcreve:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988, p. 90)

Apesar da grande importância das atribuições constitucionais das FA, cabem a essas Instituições responsabilidades tão importantes como as já citadas anteriormente e que são previstas em legislações complementares e nos documentos setoriais do Ministério da Defesa. Um destes documentos é a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, a qual foi posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004, editada para estabelecer novas atribuições subsidiárias e pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, que criou o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinou as atribuições do Ministro de Estado da Defesa, apresentando o seguinte texto sobre as ações de apoio ao desenvolvimento nacional: “Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, **cooperar com o desenvolvimento nacional** e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República.” (BRASIL, 1999) (GRIFO NOSSO).

Seguindo neste mister desenvolvimentista, A Política Nacional de Defesa (PND) apresenta a necessidade de progresso nacional alinhada ao planejamento de defesa do Brasil, sendo o documento condicionante de mais alto nível desse setor. Estabelece objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional. A PND tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal e encontra-se em consonância com as orientações governamentais e a política externa do País. Nesse documento foram eleitas duas áreas prioritárias para os planejamentos de defesa: A Amazônia brasileira e o mar territorial. Como base deste estudo, segue-se a citação referente à porção terrestre:

A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias. A vivificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. **O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia** [...] Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, a efetiva ação do Estado no desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) (BRASIL, 2012, p.13,14 e 17) (GRIFO NOSSO)

Complementando a orientação da PND, a Estratégia Nacional de Defesa (END) é o documento que dá forma a como alcançar os objetivos traçados pela Política e está alinhado com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento, onde juntas traçam os alicerces de um País soberano. O que foi afirmado pelo Diretor do Programa Calha Norte em entrevista concedida como parte dos levantamentos basilares deste trabalho científico, quando disse que “não há país soberano sem que seja desenvolvido e não há país desenvolvido sem que seja soberano” (DANTAS, 2019).⁴

Uma apropriada estrutura de defesa propicia uma maior estabilidade ao País e assegura a proteção de seu território, de sua população, de seus setores estratégicos da economia e de sua soberania O documento institui ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva a modernização da estrutura nacional de defesa. Também trata das questões políticas e institucionais que garantam os meios para fazer com que o

⁴ Informação obtida por meio de entrevista concedida pelo Sr Major Brigadeiro Roberto de Medeiros Dantas, Diretor do Departamento do Programa Calha Norte, em 13 de maio de 2019.

governo e a sociedade se engajem decisivamente na grande estratégia de segurança e desenvolvimento da nação. Corroborando com essas afirmações, expõe-se uma citação da END:

A **defesa da região amazônica** será encarada, na atual fase da História, como o foco de concentração das diretrizes resumidas sob o rótulo dos imperativos de monitoramento/controlado e de mobilidade. [...] O desenvolvimento sustentável da região amazônica passará a ser visto, também, como **instrumento da defesa nacional**: só ele pode consolidar as condições para assegurar a **soberania nacional** sobre aquela região. (BRASIL, 2012, p. 42 e 43)

Focando nos principais documentos setoriais de defesa, pode-se apontar o Livro Branco de Defesa Nacional (LBND) como o meio que busca repassar os pontos mais importantes da PND e END para a população, buscando um maior entendimento sobre o setor de defesa e como ele pode influenciar o cotidiano da sociedade. O LBND representa um grande esforço democrático na construção de um conceito de Defesa Nacional. Esse documento foi elaborado com a participação da comunidade acadêmica, do setor empresarial e da sociedade em geral, por meio de audiências públicas realizadas em diferentes cidades do País, possibilitando não só aprofundar o conhecimento da população sobre a temática militar, bem como engajá-la nas indispensáveis discussões relacionadas à Defesa Nacional. Associando-o ao tema dessa pesquisa científica e possibilitando o necessário embasamento legal ao Programa Calha Norte, apresenta-se o seguinte texto:

O Calha Norte é de grande importância para o aumento da **presença do Estado em uma área ao mesmo tempo carente e sensível**, contribuindo para a defesa e a integração nacionais. Sua influência se faz presente em aproximadamente 30% do território nacional, onde habitam cerca de 8 milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil. [...] O Programa Calha Norte transcende o aspecto de vigilância da região Amazônica, de interesse político-estratégico. Trata-se de programa governamental e intersetorial, que envolve diversas agências estatais de **considerável alcance social para os brasileiros**. (BRASIL, 2012, p. 170 e 171) (GRIFO NOSSO)

Pelo apresentado, observa-se que o desenvolvimento nacional é a única forma de alcance da soberania plena de uma nação e este objetivo está vinculado ao setor de defesa da Nação, o qual possui maior poder dissuasório, perante às possíveis ameaças, quanto seja a sua grandeza como expressão do poder nacional. Ainda, é importante salientar que em um país continente como o Brasil, deve-se escolher áreas

prioritárias para a defesa, sem descuidar-se da integração e do progresso das mesmas. No caso desse estudo, é mister apontar o Programa Calha Norte como indutor do desenvolvimento da região da Amazônia Ocidental.

3.2 NORMATIVAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA

O Departamento do Programa Calha Norte executa suas ações mediante a transferência de recursos orçamentários por meio de convênios firmados entre o Ministério da Defesa e os estados e as prefeituras municipais abrangidos pelo Programa, para o atendimento de projetos de infraestrutura básica, complementar e de aquisição de equipamentos. As transferências de recursos orçamentários para implantação de projetos voltados para as Forças Armadas, estabelecidos nas diretrizes estratégicas do PCN, são executadas de forma direta pelos comandos singulares. O Brasil possui fronteiras com dez dos doze países da América do Sul, o que reforça o caráter estratégico desta região para a competitividade do País, visando a integração do continente e a necessidade de se incrementar as medidas de segurança de nossas fronteiras.

O entendimento do que seja o Programa Calha Norte deve transcender em muito o aspecto militar de vigilância daquela região de relevante interesse político e estratégico, para se mostrar como um programa governamental arrojado e multidisciplinar, de considerável alcance social para os brasileiros, cuja presença em áreas inóspitas é um fator importante para assegurar a jurisdição brasileira sobre a região, despojada de interesses pessoais ou setoriais, que tenha por objetivo único o desenvolvimento. Desde sua criação, em 1985, a área de atuação do Programa tem crescido, vertiginosamente, conforme a tabela seguinte:

ANO	ESTADOS	MUNICÍPIOS	ÁREA BRASIL
1985	4 (AM, AP, PA e RR)	74	18,40%
2003	6 (AC, AM, AP, PA, RO e RR)	151	25,60%
2006	6 (AC, AM, AP, PA, RO e RR)	194	32,20%
2017	8 (AC, AM, AP, PA, RO, RR, MT e MS)	379	44,80%
2019	9 (AC, AM, AP, PA, RO, RR, MT, MS e MA)	393	44,96%

TABELA 1 – Crescimento da área de atuação do Programa Calha Norte

Fonte: Ministério da Defesa

Em relação ao montante de recursos, em 2019, o PCN foi contemplado com aproximadamente R\$ 205 milhões em emendas parlamentares para a implementação de infraestrutura básica na Região do Calha Norte. No tocante à quantidade de instrumentos de parceria, atualmente, o Programa gerencia 1550 convênios de obras e aquisições de equipamentos de engenharia para estados e municípios contemplados.

Por todos esses vultosos números elencados e pelas demandas detalhadas dos órgãos de controle interno e externo, o DPCN se vale de uma série de normativas e diretrizes para manter a credibilidade do Programa no tocante à governança, à austeridade e ao controle dos recursos públicos destinados, com os objetivos de manutenção da soberania nacional, de integridade da região e de fomento ao desenvolvimento regional. Como exemplo, podem-se citar os seguintes documentos: Normas e Instruções de Convênios e Contratos de Repasse, Diretriz Programática para Contratos de Repasse e o Relatório Situacional Anual do Programa Calha Norte. Dessa forma, essas normativas serão apresentadas como instrumentos de orientação e acompanhamento dos recursos do PCN. Contudo, é necessário compreender a diferença entre os atos administrativos nominados como convênio e contrato de repasse, segundo a Advocacia Geral da União (AGU), conforme o descrito abaixo:

Para bem compreender o instituto do convênio é essencial distingui-lo do contrato. Ambos os institutos não se confundem, apesar de não raro ocorrer, sendo essa talvez a principal causa de não aprovação das minutas submetidas a Consultoria Jurídica da União. De forma bem simples e direta é possível distinguir o contrato de um convênio a partir de suas principais características. A lei nº 8.666, de 21-06-1993 (Lei de Licitações e Contratos Públicos), em seu art. 2º, parágrafo único, considera contrato “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”. Já o convênio tem como característica marcante o fato de que todos os envolvidos estão juntos para alcançar determinado objetivo comum, não existindo entre os partícipes interesses contrapostos, como há no contrato (obrigações recíprocas). Em um contrato de compra e venda aquele que vende, pretende receber o dinheiro acordado, e aquele que compra deseja o bem alienado, de modo que os objetos almejados por cada um são diversos, razão pela qual os sujeitos da obrigação são denominados de partes. Por outro lado, a posição jurídica dos participantes de um convênio é idêntica para todos, pois têm interesses comuns e coincidentes, há cooperação entre eles. O que pode existir é a diversificação na forma de cooperação de cada partícipe, mas deseja-se um único objetivo comum, tanto é que qualquer um deles pode denunciar o convênio e se retirar no momento que bem entender, apenas responsabilizando-se pelas obrigações assumidas até então. (BRASIL, 2011, p.2)

As Normas e Instruções de Convênios e Contratos de Repasse, também conhecidas como Manual do Programa Calha Norte, encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Defesa, o que proporciona uma facilidade no manuseio e aplicação de recursos pelos estados e municípios convenientes, minimizando a ocorrência de equívocos administrativos e possibilitando a elaboração de documentos atinentes aos convênios e contratos de repasse, além de acompanhamento de toda ordem do erário público. O Manual encontra-se em sua segunda edição revisada com data de aprovação pelo Diretor do DPCN em 14 de novembro de 2018, o que demonstra sua atualidade. A citada publicação está em conformidade com as demais Normas que dispõe sobre o Programa Calha Norte do Ministério da Defesa, com os seguintes objetivos:

– Orientar, no âmbito do Departamento do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa (DPCN/MD), os procedimentos para celebração, execução, acompanhamento, fiscalização, prestação de contas e Tomada de Contas Especial de convênios/contratos de repasse que envolvam a transferência voluntária de recursos financeiros, oriundos de emendas parlamentares, destinadas ao MD, firmados com estados e municípios abrangidos pela área de atuação do Programa, para execução de projetos e atividades de interesse recíproco, segundo os objetivos estratégicos do PCN; e

- Orientar os governos estaduais e municipais, compreendidos na área de atuação do PCN, a respeito das normas e da legislação pertinentes à celebração de convênios/contratos de repasse.

No sentido de orientação para a elaboração de instrumentos de parceria e acompanhamento dos recursos aplicados, o DPCN, também, utiliza a Diretriz Programática para Contratos de Repasse, a qual normatiza a execução de obras públicas sob a égide do Programa Calha Norte no tocante à vertente civil, com os seguintes objetivos:

- A defesa nacional, com ênfase na faixa de fronteira, dentro da sua área de abrangência;

- A melhoria da infraestrutura nas áreas de defesa, educação, esporte, segurança pública, saúde, assistência social, transportes e desenvolvimento econômico dos municípios constantes da sua área de atuação;

- A promoção do desenvolvimento sustentável da região e da cidadania da população local;
- A fixação da população local na sua região, para o fortalecimento da integração social desta população, em especial, das comunidades isoladas;
- A melhoria da qualidade de vida da população existente na sua área de atuação;
- O desenvolvimento econômico dos Estados e Municípios de sua área de atuação;
- A geração de emprego e renda e o fortalecimento da cadeia produtiva; e
- A interligação da região com todo o território nacional, visando a integração plena da população local, a vigilância de fronteiras e a defesa nacional.

A Ação Orçamentária que atende o PCN é a 1211 - Implementação da Infraestrutura básica nos municípios da Região do Programa Calha Norte e os recursos de investimentos alocados aos convenientes serão para execução de obras de engenharia, condicionados aos valores de repasse, no montante de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) até o limite de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). É importante compreender que esta limitação orçamentária tem por objetivo dar maior capilaridade ao Programa, atendendo a maior quantidade de municípios e estados com recursos de menor valor e, ainda, possibilitar o melhor acompanhamento técnico e financeiro, por tratar-se de obras de menor complexidade⁵. Esta diretriz, ainda, estabelece que é vedada a utilização dos recursos do Programa para a elaboração de projetos e define quais são as áreas e objetos que podem ser atendidos com recursos oriundos do PCN. Dessa forma, poderão ser celebrados instrumentos nas seguintes áreas de atuação:

- Social: casa ou centro de convivência de idosos, hospital, centro de saúde (vide figura 8), posto de saúde, creche, centro de inclusão digital, biblioteca, escola de música, escola (vide figura 6) de ensino fundamental, médio e superior (vide figura 9), centros profissionalizantes multiuso e casa da cultura.

- Infraestrutura pública: praça (vide figura 7), sede de câmara municipal, centros administrativos ou sedes de secretarias, urbanização de áreas públicas, pavimentação de vias públicas, sinalização horizontal e vertical, identificação dos nomes de vias, construção de calçadas, pontes em concreto armado ou madeira,

⁵ Informação obtida por meio de entrevista concedida pelo Sr Major Brigadeiro Roberto de Medeiros Dantas, em 13 de maio de 2019.

centros comunitários, eletrificação urbana e rural de baixa tensão, iluminação pública, passarela de madeira ou concreto e rampas de acesso aos rios, sistemas de abastecimento de água com rede de distribuição, rede de esgoto e drenagem superficial e profunda.



FIGURA 6 – Escola Municipal em Bonfim - RR

Fonte: Ministério da Defesa

- Esportes: vestiário e cobertura de arquibancadas para campo de futebol, quadra poliesportiva, estádio de futebol, ginásios, iluminação de campo de futebol e piscinas e pistas de atletismo.

- Desenvolvimento econômico: silos para estocagem de cereais, galpão em alvenaria, entrepostos de pescado, feiras cobertas, armazéns de carga, mercado municipal e centro de multiuso.

- Segurança pública: construção ou ampliação de sede de quartéis, delegacias ou presídios.

- Transportes: construção ou ampliação de terminais de cargas ou passageiros (vide figura 10).

Convém ressaltar que a aceitabilidade dos objetos pactuados, dentro de cada área de atuação, está condicionada ao atingimento de sua funcionalidade. Cabe salientar que esta análise é essencialmente exclusiva da área técnica competente do concedente ou seja o Departamento do Programa Calha Norte, que atende a emenda parlamentar desde que a mesma esteja de acordo com essa diretriz programática

definida pelo órgão gestor e analisando a funcionalidade social da benfeitoria a ser construída ou ampliada, atentando para evitar obras em duplicidade ou que estejam com utilização majorada em relação à quantidade de usuários da população local, evitando a implantação de obras faraônicas e sem a real necessidade ao ambiente local.



FIGURA 7 – Praça construída em Mazagão - AP
Fonte: Ministério da Defesa



FIGURA 8 – Unidade de Saúde em Juruá - AM
Fonte: Ministério da Defesa



FIGURA 9 – Universidade em Caracaraí - RR
Fonte: Ministério da Defesa



FIGURA 10 – Rodoviária em Colorado do Oeste - RO
Fonte: Ministério da Defesa

Como instrumento de transparência de aplicação dos recursos públicos destinados ao Programa e atendendo às normativas dos órgãos de controle interno e externo, anualmente, o Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte, apresenta um Relatório Situacional que se destina a divulgar as ações desenvolvidas pelo Programa, como também contribuir para a credibilidade do processo. O documento consta de vários itens elucidativos como a destinação dos

recursos por vertente civil e militar com os montantes destinados por ação orçamentária, principais realizações em obras executadas, aquisições de equipamentos de engenharia e viaturas e, ainda, outros objetos destinados ao emprego militar, em ambas vertentes, e discriminados por estados, municípios e Forças Armadas contempladas e, ainda, as atividades desenvolvidas pelas diversas equipes do Departamento do Programa Calha Norte (viagens de inspeção, eventos, palestras e vistorias às obras conveniadas) no período de março a dezembro de 2018. Assim, o citado Relatório funciona como uma prestação de contas do período e está disponível para consulta pública no sitio eletrônico do Ministério da Defesa.

Pelo exposto, observa-se a magnitude do Programa Calha Norte, conforme os quantitativos de convênios e contratos de repasses, área de atuação, número de estados e municípios e volume de recursos aplicados. Dessa forma, faz-se necessário que se adotem normativas e controles que proporcionem a manutenção dessa exitosa política pública.

3.3 DOCUMENTAÇÃO APLICADA NO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

Os repasses de recursos governamentais para a realização de projetos direcionados para as Forças Armadas, ajustados com as normativas do PCN, são executados diretamente por essas Instituições. A partir de agora, será verificada, com maiores detalhes, a vertente militar do Programa Calha Norte, tendo como estudo de caso os trabalhos realizados no Comando Militar da Amazônia e a efetividade do acompanhamento exercido no âmbito daquele Grande Comando.

Em atenção à melhoria da infraestrutura militar e dos meios operacionais das tropas que operam na área de atuação do Programa, o DPCN possui um órgão em ligação direta com os comandos singulares que é o Serviço de Assistência Técnica Militar (SATM), o qual possui funções de assessoramento ao Diretor do Departamento do Programa Calha Norte nos assuntos da vertente militar, devendo estreitar contatos com os representantes dos comandantes da Marinha do Brasil (MB), do Exército Brasileiro (EB) e da Força Aérea Brasileira (FAB) e com escalões subordinados, visando obter os subsídios necessários para um efetivo apoio e atender outras demandas do Diretor do Programa e, ainda, levantar as demandas de crédito relativos à execução de obras e serviços complementares para o desenvolvimento regional,

realizando o acompanhamento por meio de relatórios referentes à aplicação de recursos.

Levando-se em conta que o DPCN repassa os recursos diretamente às Forças Armadas, cabe a essas Instituições primar pela idônea aplicação do erário, valendo-se de seus próprios meios de acompanhamento e controle. No âmbito do Exército, os pedidos de recursos ao PCN seguem a cadeia de comando e apresentam variações no tocante ao elemento da despesa solicitada⁶. Tratando-se de material de consumo e permanente e serviços que não sejam de engenharia, as solicitações iniciam-se nas unidades militares, que encaminham seus pedidos às brigadas e às regiões militares onde são verificados, consolidados e, estando de acordo com os planos de aquisição, são encaminhados ao Comando Militar de Área, onde o Gestor do PCN realiza uma avaliação detalhada e estabelece prioridades para o atendimento de acordo com as diretrizes do Cmt Mil A e o histórico de recebimento de recursos. Após a consolidação, as necessidades são enviadas ao Estado-Maior do Exército (EME), sendo a 6ª Subchefia a responsável por aglutinar e avaliar todas as demandas do EB, repassando as julgadas necessárias ao Departamento do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa.

No tocante aos serviços de engenharia e às obras militares, as unidades devem lançar suas necessidades no Sistema Unificado de Processos de Obras (OPUS), que é um sistema de apoio à decisão, o qual suporta as funcionalidades de planejamento, programação, acompanhamento, fiscalização, controle, gerência e execução de obras e serviços de engenharia de todas as atividades dos macroprocessos analíticos do Sistema de Obras Militares (SOM), tanto no nível executivo quanto gerencial e estratégico. A implantação do OPUS proporcionou uma maior transparência no uso de recursos públicos; as decisões ocorrem de forma mais oportuna; melhorou a comunicação interna; o uso de papel foi reduzido drasticamente; deu uma maior agilidade na execução de processos; há produção de conhecimentos e aperfeiçoamento de processos, podendo ser reutilizados os projetos de engenharia, gerando economia de recursos. As regiões militares e os grupamentos de engenharia realizam a priorização das necessidades regionais, mediante o aporte de informações

⁶ Classificação da despesa orçamentária que tem por finalidade identificar os objetos de gasto de cada despesa, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanentes, auxílios, amortização e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins.

das brigadas e diretrizes dos comandos militares de área. A Diretoria de Obras Militares (DOM) exerce a gestão do macroprocesso e a apresentação das necessidades ao Departamento de Engenharia e Construção (DEC), sendo o responsável por coordenar e controlar as atividades da função logística de engenharia. A partir da verificação e consolidação das necessidades apresentadas, os dados são encaminhados ao Estado-Maior do Exército (EME), que é o responsável pelo Planejamento Estratégico do EB, devendo enviar as demandas ao Departamento do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa.

É importante citar que há outra ferramenta poderosa para a realização de obras em unidades militares, que é o Plano Diretor de Organização Militar (PDOM), que consiste num conjunto de documentos descritivos de um aquartelamento, vila residencial ou quaisquer outros complexos de obras militares, com a sua configuração em forma de Planta de Situação, associada à descrição sucinta apresentada no Memorial Descritivo das benfeitorias existentes, das obras em execução e das que sejam necessárias para implementar o desenvolvimento da organização militar (OM), decorrente de um estudo minucioso e realista feito pelo Comando da unidade. A aprovação do PDOM pela Diretoria de Obras Militares não estabelece a obrigatoriedade da execução de todas as obras planejadas. Aceita, simplesmente, a sua necessidade física e define sua viabilidade técnica para a OM.

Ainda tratando de execução de obras, é importante se verificar as ditas de cooperação, que são realizadas pelas organizações militares de Engenharia (OM Eng), realizadas em proveito do Exército ou em cooperação com outros órgãos, mediante a celebração de convênios ou mecanismos equivalentes (parcerias). Tal atividade visa o adestramento da tropa e à cooperação com o desenvolvimento nacional, em cumprimento à Política e à Diretriz Estratégica de Construção do Exército Brasileiro, que está amparada na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. O acompanhamento desses empreendimentos é realizado por meio do Sistema Informatizado de Obras de Cooperação (SIOC), o qual é alimentado com dados da “ponta da linha”, ou seja, das unidades de Engenharia de Construção. Essas informações são relativas à produção semanal, aos meios empregados (pessoal, viaturas e equipamentos de engenharia, com condições de disponibilidade), à situação financeira da obra, às metas planejadas e alcançadas, ao histórico de condições meteorológicas e à documentação da obra como Plano de Trabalho, situação de licenciamentos ambientais e Prestação de Contas Parcial e Final. Este

sistema é monitorado pelos grupamentos de engenharia e Diretoria de Obras de Cooperação (DOC), os quais assessoram os comandos militares de área, o Departamento de Engenharia de Construção e o Estado-Maior do Exército, repassando informações sobre as obras de cooperação realizadas junto ao Departamento do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa.

De posse dessas ferramentas poderosas de sistemas de acompanhamento e de controle de processos de execução de serviços de engenharia, de obras militares e de cooperação, no âmbito da Amazônia Ocidental, o 2º Grupamento de Engenharia (2º Gpt E) presta assessoramento eficiente e eficaz ao Comando Militar da Amazônia (CMA) para os levantamentos de necessidades, a projeção de futuras demandas e a consolidação de dados oriundos das organizações militares diretamente subordinadas (OMDS) e organizações militares vinculadas (OMV) àquele Grande Comando. De posse dos dados de aquisição de material de consumo e permanente e, ainda, de necessidades de serviços comuns, serviços de engenharia e obras militares e de cooperação, aquele Comando Militar de Área apresenta as suas necessidades e demandas ao EME e ao DPCN/MD para a melhoria constante da infraestrutura militar naquela região.

3.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Em conclusão, parcial, a este capítulo, foi observado que há volumosa documentação regulatória no âmbito do Governo Federal e do Ministério da Defesa que proporcionam embasamento legal ao Programa Calha Norte e estão alinhadas com as normativas dos órgãos de controle interno e externo, demonstrando a eficiência e eficácia da legislação vigente. Ainda, tais procedimentos disciplinam o processo de repasse que podem ser oriundos de emendas parlamentares e destinados à vertente civil, que proporcionam o desenvolvimento regional nas áreas de atuação do Programa. Tratando da vertente militar, foram apresentados os instrumentos de controle e acompanhamento das ações do PCN disponíveis ao CMA, evidenciado o 2º Gpt E como principal assessor para os assuntos referentes às obras militares e de cooperação, contribuindo para o fortalecimento da soberania nacional na melhoria constante da infraestrutura militar na Amazônia Ocidental.

4. O PROGRAMA CALHA NORTE E A INFRAESTRUTURA MILITAR

O Programa Calha Norte foi criado em 1985 pelo Governo Federal para promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica, por meio da intensificação da presença militar para propiciar melhores condições para a manutenção da soberania e da integridade territorial da região. Historicamente, as necessidades enlaçadas à vertente militar foram as demandas iniciais a serem alcançadas. A partir de 1999, com a criação do Ministério da Defesa, este órgão assumiu a direção do Programa e deu continuidade a melhoria das instalações das unidades e dos meios logísticos para continuar proporcionando melhores condições às tropas instaladas naquela porção do território nacional.

Com a perenização do Projeto que tornou-se o Programa Calha Norte, a partir de julho de 1999, cresceu de importância a atenção das necessidades da população, em especial, o atendimento das demandas de manutenção do amazônida em seu meio através do incentivo do desenvolvimento regional, vivificando a região, o que se entende como vertente civil que está ligada às emendas parlamentares, as quais são destinadas aos estados e municípios abrangidos pelo Departamento do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa por meio de convênios e contratos de repasse.

Neste capítulo, serão abordadas as pautas de comparação entre os recursos destinados a cada uma das vertentes e como pode ocorrer uma distribuição de crédito mais equacionada e, ainda, apresentar as principais realizações do PCN na melhoria da infraestrutura militar da Amazônia Ocidental nos últimos 20 anos.

4.1 COMPARAÇÃO DAS VERTENTES CIVIL E MILITAR

A estratégia adotada pelo Programa Calha Norte atende pontos voltados para a soberania nacional e a manutenção da integridade territorial e, ainda, para a promoção do desenvolvimento regional, que são, respectivamente, as vertentes militar e civil do Programa. Contudo, ao longo da existência dessa política pública, observa-se grande diferença nos valores repassados a cada uma dessas partes, o que leva a um desequilíbrio orçamentário que corrobora para que os objetivos estratégicos traçados, conforme a diretriz do DPCN, não sejam atingidos na sua plenitude. Para esclarecer essa conjuntura e ratificar essas afirmações, serão apresentadas as informações colhidas junto ao Ministério da Defesa:

DADOS ANO	VERTENTES		
	VERTENTE CIVIL		VERTENTE MILITAR
	Valor (R\$)	Convênios	Valor (R\$)
2003	6.141.908,00	14	14.790.000,00
2004	23.088.771,00	49	19.481.928,00
2005	115.162.368,00	190	17.659.000,00
2006	142.479.911,00	309	15.656.000,00
2007	239.439.192,00	315	33.830.735,00
2008	161.252.081,00	195	60.235.801,00
2009	110.950.173,00	188	46.879.123,00
2010	145.793.150,00	210	48.352.059,00
2011	121.520.377,00	157	47.811.541,00
2012	168.282.977,00	217	58.200.512,00
2013	312.080.644,00	399	63.800.000,00
2014	210.826.228,00	247	57.936.510,00
2015	319.095.754,00	264	51.162.816,00
2016	484.462.077,00*	468	32.048.566,00
2017	301.728.944,00	461	45.496.800,00
2018	344.836.166,00	465	46.793.090,00
MÉDIA	R\$ 200.446.295,06	230	R\$ 41.258.405,06

TABELA 2 – Quadro resumo de valores das vertentes militar e civil (2003-2018)

Fonte: Ministério da Defesa

4.1.1 Considerações acerca dos valores disponibilizados

Os valores disponibilizados ao Programa, na vertente civil, constantes da Tabela 2, evidenciam que esses recursos, particularmente a partir de 2005, tiveram acréscimos consideráveis, elevando, assim, o número de convênios celebrados e também o de municípios contemplados. Esse fenômeno, de uma escalada geométrica, no que diz respeito aos recursos oriundos de emendas parlamentares, pode ser atribuído à elevada credibilidade do Programa junto aos membros do Poder Legislativo Federal, em razão do alto índice de aproveitamento dos recursos, por parte do PCN, decorrentes de emendas individuais e de bancada.

Um dos pontos de eficiência do Programa decorre de que, normalmente, uma emenda parlamentar leva até 5 anos para que seja celebrado o convênio em outros concedentes. No DPCN, esse período de aplicação é de no máximo 3 anos, o que possibilita que o parlamentar obtenha capital político, em suas bases eleitorais, ainda durante o seu mandato. Outro aspecto positivo é a pluralidade de objetos dos instrumentos de parceria (instalações elétricas, serviços de engenharia, obras horizontais e verticais, aquisições de viaturas e equipamentos dentre outros empreendimentos), o que possibilita diversidade de atendimento ao público alvo do

Programa. É importante ressaltar que, dos municípios conveniados, cerca de 87% são localidades consideradas pequenas, com uma população de até 50.000 mil habitantes, o que torna o PCN uma das políticas públicas de maior capilaridade no território nacional. Dessa forma, apresentando eficiência, diversidade e capilaridade, o Programa Calha Norte é buscado por cerca de 90% dos políticos da Região Amazônica para investimento de suas emendas⁷. Ressalta-se que o Ministério da Defesa poderia utilizar de melhor maneira este capital político do PCN, realizando um trabalho de conscientização junto aos congressistas, visando o apoio em questões sensíveis à Defesa Nacional e de interesse das Forças Singulares como o Projeto de Lei nº1645/2019, que trata da reestruturação do Sistema de Proteção Social das Forças Armadas.

O quadro do comportamento orçamentário é compatível com o aumento na área de atuação do Programa, uma vez que evidencia acréscimos substanciais dos valores da vertente civil em consequência da maior abrangência do País pelo PCN. Esses aumentos evoluíram da seguinte forma: de 1.500.000 Km², quando da criação do Programa, em 1985 (74 municípios), para 2.186.252 Km² (151 municípios), no ano de 2003; em 2006, foi para 2.743.986 Km², abrangendo 194 municípios; finalmente, em 2017, com a adesão de MT e MS, atingiu-se a área de 3.123.986 Km² (379 municípios), o que equivale a cerca de 44,8% do território nacional.

Em contra partida, na vertente militar, não houve o aumento da aplicação dos recursos em consequência do aumento da área de responsabilidade do PCN, ou seja, mesmo após o aumento de efetivo das Forças Armadas, para as instalações militares e os equipamentos abrangidos pelo Programa, os incrementos não foram seguidos pelo correspondente e adequado aumento de recursos. Ao contrário, vêm tendo seus valores diminuídos, ano a ano. Tacitamente, essa afirmativa se traduz pelas médias de alocação financeira apresentadas na Tabela 2, estando a quantia repassada à vertente militar, cerca de, a 20% do que foi alocado para a vertente civil.

4.1.2 Oportunidades de aumento de crédito para a vertente militar

O Programa Calha Norte é uma política pública exitosa do Ministério da Defesa. As Forças Armadas são Instituições permanentes de mais alta credibilidade junto à população brasileira. Contudo, são notórias as dificuldades financeiras que restringem

⁷ Informação obtida por meio de entrevista concedida pelo Sr Major Brigadeiro Roberto de Medeiros Dantas, Diretor do Departamento do Programa Calha Norte, em 13 de maio de 2019.

a capacidade operativa plena requerida pela grandeza do Brasil. Neste sentido, as ações subsidiárias têm se apresentado como uma janela de oportunidades para o recebimento de recursos que atendem à manutenção das condições operacionais de grande parte das Forças Singulares. Ratificando essa afirmativa, pode-se destacar um dado obtido em recente apresentação realizada pelo Comandante do Exército aos integrantes do Curso Superior de Defesa, durante a viagem de estudos estratégicos, realizada ao Centro do Poder Nacional⁸ (Brasília-DF), conforme a imagem a seguir:

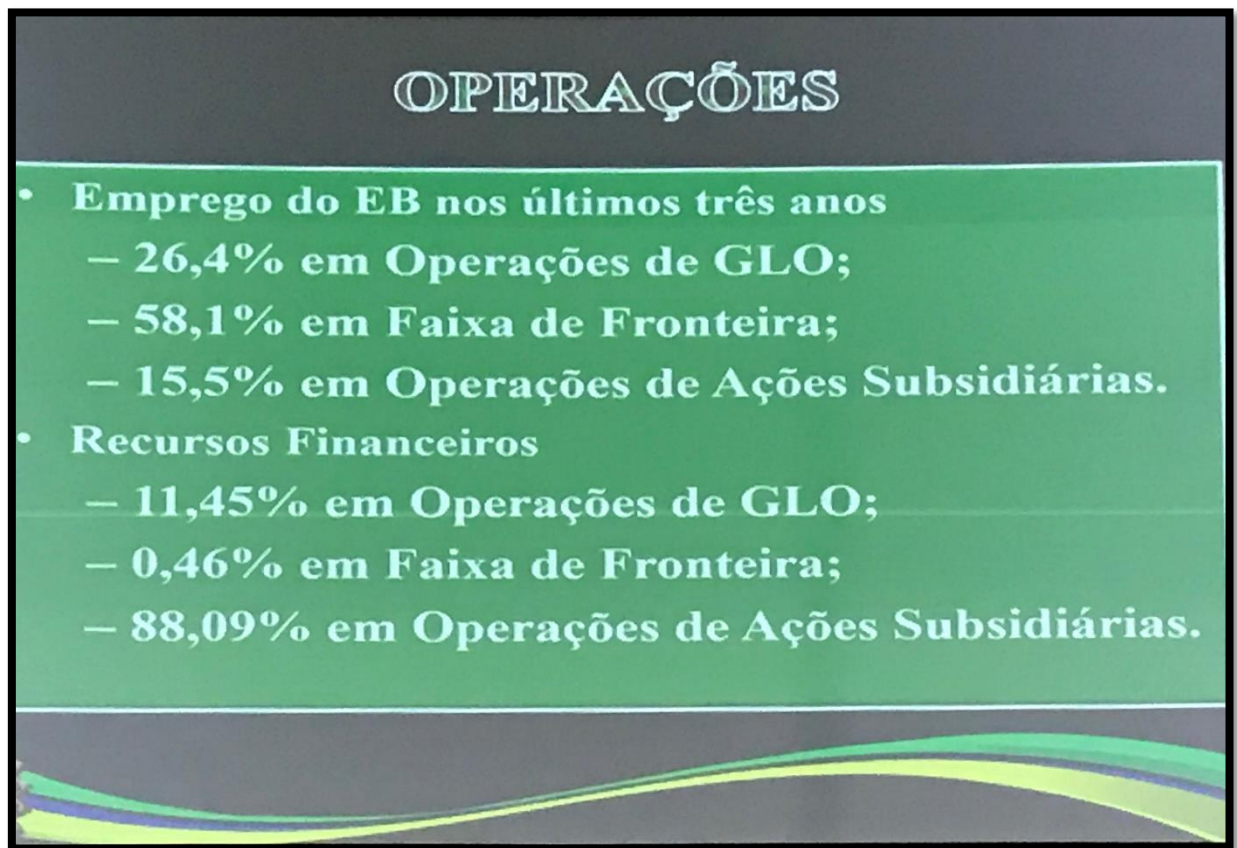


FIGURA 11 – Aporte de recursos em operações do EB nos últimos 3 anos

Fonte: Ministério da Defesa

Pelo exposto, observa-se que os recursos financeiros obtidos a partir de ações subsidiárias são majoritários no orçamento do Exército Brasileiro e, mesmo com o menor índice de emprego de pessoal, alcançou cerca de 88% dos recursos disponibilizados nos últimos 3 anos para a Força Terrestre. É notório que este tipo de operação também requer a realização de planejamentos operacionais, a mobilização de efetivos militares e de meios logísticos, a manutenção de meios aéreos e

⁸ Apresentação realizada pelo Sr General de Exército Edson Leal Pujol, Comandante do Exército, em 15 de maio de 2019.

motorizados, os deslocamentos de tropas e toda ordem de itens inerentes às operações militares, acarretando em adestramento das organizações militares envolvidas.

Assim, o Programa Calha Norte se apresenta como uma janela de oportunidades para o incremento dos recursos da vertente militar. Uma das formas que já está sendo utilizada para a equalização entre os valores repassados às partes militar e civil é a utilização do custo da administração do PCN, o qual é muito baixo em comparação com outros concedentes como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Até 2018, os custos das vistorias técnicas de obras e de aquisições de equipamentos de engenharia e viaturas eram financiados pelos recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) da vertente militar, o que acabava por impactar no aporte financeiro dessa parte. Para 2019, já está prevista, em portaria do Ministério da Defesa, a possibilidade de financiamento desses custos serem por conta das emendas parlamentares de 2% do valor da emenda, para emprego já em 2020, escalonando essa porcentagem até 5% nos próximos anos. Como exemplo, considerando o ano de 2018, esse montante alcançaria o valor de R\$ 6.896.723,32 que poderia ser utilizado para custear as inspeções nos convênios e nos contratos de repasse e, ainda, haveria a possibilidade de repassar os excedentes para utilização na vertente militar, acrescentando em cerca de 10% do valor concedido para as Forças Armadas no ano de 2018. Ainda assim, o Programa continuaria competitivo, tendo em vista que a média de outros órgãos concedentes oscila entre 6,5% e 7,0% do valor da emenda concedida e minorando a diferença entre as quantias repassadas a cada vertente.

Há uma novidade que tende a incrementar o aporte de recursos para o Programa Calha Norte a partir de 2020. O Congresso Nacional promulgou, em sessão solene, a Emenda Constitucional nº 100, de 26 de junho de 2019, que torna obrigatória a execução das emendas parlamentares apresentadas pelas bancadas estaduais ao orçamento federal. O texto promulgado determina que as emendas de bancada, de execução obrigatória, corresponderão a 1% da receita corrente líquida (RCL) realizada no exercício anterior. Excepcionalmente, daqui a 2 anos, esse montante será de 0,8% da RCL, conforme negociado com o Governo Federal. A Emenda Constitucional é oriunda da Proposta de Emenda Constitucional nº 34/2019. O Orçamento de 2019 destinou R\$ 4,6 bilhões para as emendas de execução obrigatória das bancadas. Esse valor deve subir com a promulgação da nova Emenda

Constitucional. A previsão para os próximos anos é de R\$ 6,7 bilhões. Tendo em vista que as bancadas dos estados do norte do País destinam cerca de 90% de suas emendas ao PCN, há grande possibilidade de incremento de valores às vertentes militar e civil.

No sentido de aumentar o repasse para a vertente militar do Programa Calha Norte, existe a possibilidade de aproveitamento de créditos destinados a vertente civil e não utilizados por impedimentos administrativos por governos estaduais ou municipais. Como exemplo, deve-se analisar o orçamento do Programa em 2018, à luz do Relatório Situacional daquele ano, abaixo disposto.

VERTENTE	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	EMPENHADO (R\$)	NÃO EMPENHADO (R\$)	% VALOR EMPENHADO
CIVIL	380.101.992,00	347.286.166,00	32.815.826,00	91
MILITAR	50.083.030,00	49.755.482,27	327.547,73	99,35

TABELA 3 – Quadro comparativo de valores empenhados das vertentes militar e civil (2019)

Fonte: Ministério da Defesa

Apesar do alto aproveitamento de valores disponibilizados pela Lei Orçamentaria Anual de 2018 ao Programa Calha Norte, observa-se um montante da ordem de R\$ 32.815.826,00 que não foram utilizados na vertente civil. Este crédito poderia ser revertido à vertente militar mediante um convencimento dos parlamentares responsáveis pelas emendas, evitando-se a perda do recurso e possibilitando um incremento de mais de 60% de crédito para as Forças Armadas. Esta questão foi apresentada ao General de Exército Claudio Coscia Moura, Chefe do Departamento de Engenharia de Construção (DEC)⁹, durante palestra realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), o qual respondeu que o Exército realiza este trabalho de reaproveitamento de créditos não empenhados por meio da 6ª Subchefia do Estado-Maior do Exército. Pelo exposto, é notório que há uma possibilidade real de melhorar este processo, por meio da cessão para o Departamento do Programa Calha Norte de recursos humanos do EB exclusivos para este tipo de ação.

Outra forma de se obter um maior volume de crédito destinado à parte militar do Programa reside na concepção inicial do Calha Norte. Na primeira fase de sua existência, de 1985 a 1999, o entendimento era de que essa política pública deveria

⁹ Apresentação realizada pelo General de Exército Claudio Coscia Moura, Chefe do Departamento de Engenharia e Construção, em 5 de abril de 2019

ser implementada e organizada de maneira interministerial, ou seja, concernente aos vários ministérios. Atualmente, o Poder Executivo deveria atuar de maneira conjunta, com ações das pastas da Saúde; da Justiça e Segurança Pública; da Cidadania; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Regional; da Economia; da Educação; da Infraestrutura; do Meio Ambiente e da Mulher, Família e Direitos Humanos.

A união de esforços, centralizados no Ministério da Defesa, propiciaria uma série de políticas públicas que possibilitariam a permanência do cidadão brasileiro na área de fronteira e em porções anecúmenas do território nacional, possibilitando condições de vida digna e com acesso aos principais serviços proporcionados pelo Governo Federal, que se encontram, em sua maioria, concentrados somente nas capitais dos estados do Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Esse esforço conjunto geraria uma quantidade massiva de termos de cooperação a serem firmados com o Ministério da Defesa, concentrando capital, ações governamentais e projetos sob a administração única do Departamento do Programa Calha Norte, melhorando a racionalização dos recursos públicos e uma direção centralizada. Esse assunto foi exposto ao Ministro do Estado de Defesa, General de Exército Fernando Azevedo e Silva, durante exposição realizada na ECEME¹⁰. Na oportunidade, o Ministro reconheceu a importância do Programa Calha Norte como uma das melhores políticas públicas no âmbito do Governo Federal e aventou a possibilidade de ampliação do Programa em conjunto com outros ministérios.

4.2 MELHORIAS DA INFRAESTRUTURA MILITAR NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Desde 10 de junho de 1999, o Programa Calha Norte passou a funcionar sob a administração do Ministério da Defesa. Foi um momento de engrandecimento dessa iniciativa governamental como política pública de peso, sendo de capital importância para que os objetivos de contribuir para a manutenção da soberania nacional, da integridade territorial e, ainda, da promoção do desenvolvimento regional na área de atuação do Programa fossem obtidos. Isso, então, possibilita o aumento da presença do poder público na região, contribuindo para a Defesa Nacional, proporcionando

¹⁰ Apresentação realizada pelo Sr General de Exército Fernando Azevedo e Silva, Ministro de Estado da Defesa, em 3 de maio de 2019.

assistência às populações e fixando o homem na região. Como condição *sine qua nom*¹¹ para o incremento da soberania do Brasil, foi necessária a melhoria da infraestrutura militar que já existia na região e a construção de novos empreendimentos que possibilitassem o aumento do poderio bélico naquela porção do território.

Nesta parte do capítulo, serão apresentados dados sobre a condição social e econômica dos estados que formam a Amazônia Ocidental para fins de ambientação ao estudo e as principais benfeitorias da Expressão Militar do Poder Nacional que foram financiadas pelas ações orçamentárias referentes à vertente militar do PCN. Essas ações têm origem em recursos próprios do Ministério da Defesa e são repassadas para execução pelas Forças Armadas na região de atuação do Programa, potencializando o poder de combate das unidades militares sediadas na Amazônia Ocidental, objeto de análise deste trabalho científico. Para uma melhor compreensão, esta parte do conteúdo será abordada seguindo a ordem de antiguidade das Forças Singulares.

4.2.1 Situação socioeconômica da Amazônia Ocidental

O Acre é a Unidade da Federação mais ocidental do Brasil, com uma área de 164.123,738 quilômetros quadrados (km²), sendo o 16° maior estado brasileiro em território. Possui uma população estimada, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 869.265 pessoas; no último censo realizado em 2010, registrou uma quantidade de 733.559 habitantes, divididos em 532.279 moradores urbanos e 201.280 rurais, sendo o 25° estado mais populoso do País. A atual densidade demográfica é de 4,47 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²), estando na 24ª posição nacional. A capital do Estado é Rio Branco, com uma população estimada de 401.155 pessoas, sendo um dos 22 municípios componentes desta Unidade da Federação. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Acre é 0,663, segundo o IBGE, alcançando o 21° lugar a nível nacional. O rendimento nominal mensal

¹¹ É uma locução adjetiva, do latim, que significa “sem a qual não”. É uma expressão frequentemente usada no vocabulário da Língua Portuguesa e faz referência a uma ação ou condição que é indispensável, que é imprescindível ou que é essencial.

domiciliar *per capita*¹² é de R\$ 909,00, estando abaixo do valor do salário mínimo que, atualmente, é de R\$ 998,00 e alocando o Estado na 16ª posição brasileira.

O Amazonas é o maior Estado em área territorial do País, com 1.559.168,117 quilômetros quadrados, o equivalente ao território de quatro países somados: França, Espanha, Suécia e Grécia. O Estado detém um dos mais baixos índices de densidade demográfica do País, com 2,23 habitantes por quilômetro quadrado, conforme dados do IBGE, alcançando a penúltima posição nacional. A população do Estado, de acordo com o Censo 2010, tem 3.483.985 habitantes, dos quais 2.755.490 vivem na área urbana e 728.495 no campo; o número de habitantes estimado, atualmente, é 4.080.611 pessoas. A capital, Manaus, um dos 62 municípios do Amazonas, é a cidade mais populosa da Região Norte, com a estimativa de 2.145.444 habitantes. O IDH registrado no último censo foi 0,674, posicionando o Amazonas na 18ª posição nacional. O rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* é de R\$ 791,00, estando muito inferior ao valor do salário mínimo já citado anteriormente e posicionando o estado no antepenúltimo lugar a nível nacional.

Rondônia é o Estado mais próximo às outras regiões do País, possuindo uma área de 237.665,233 km², alcançando a 13ª extensão territorial estadual do Brasil. Tem uma população estimada de 1.757.589 pessoas; tendo obtido, no último censo, os seguintes dados: 1.562.409 habitantes, estando 413.229 no campo e 1.149.180 nas cidades, sendo o 23º Estado com a maior população da Nação. O índice de densidade demográfica é de 6,58 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²), o que posiciona Rondônia no 20º lugar entre os estados. Porto Velho é a capital, com a população estimada de 519.531 pessoas, sendo o Município mais populoso entre os 52 que compõem o Estado. O IDH estadual é 0,690, posicionando-se em 15º lugar a nível nacional. Com relação ao rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, o valor obtido é de R\$ 1.113,00, estando acima do valor do salário mínimo e sendo um dos únicos Estado da Amazônia Ocidental nesta situação, mantendo-se no 13º lugar no País.

Roraima é a Unidade da Federação mais setentrional e distanciada dos grandes centros do País, possuindo uma área territorial de 224.273,831 quilômetros quadrados e sendo o 14º Estado neste aspecto. Possui o mais baixo índice de

¹² O Rendimento Nominal Mensal Domiciliar *per capita* é obtido pela soma dos rendimentos do trabalho e de outras fontes recebidos por cada morador e dividido pelos habitantes de um mesmo domicílio, segundo o IBGE.

densidade demográfica do Brasil, com 2,01 habitantes por quilômetro quadrado. A população do Estado, pelo último Censo, tem 450.479 habitantes, sendo que 344.859 vivem no espaço urbano e 105.620 no rural; o número de moradores estimado, atualmente, é 576.568 pessoas. A cidade de Boa Vista é a capital e município mais populoso entre os 15 que compõem o estado, com população de 375.374 pessoas. O censo de 2010 registrou um IDH de 0,707, situando o Estado no 13º posto no âmbito do território nacional. No tocante aos rendimentos, o valor nominal mensal *per capita* é de R\$ 1204,00; e juntamente com Rondônia, está acima do valor do salário mínimo, posicionando o estado no 12º lugar do Brasil.

Pelo exposto, a Amazônia Ocidental se apresenta com baixos níveis de ocupação do território, diminutos índices de IDH e baixa renda *per capita*. Assim, justifica-se a grande necessidade de implantação e manutenção de políticas nacionais de apoio à melhoria dos níveis elencados, por exemplo, como o Programa Calha Norte, que auxilia no desenvolvimento regional daquela porção do território.

4.2.2 A atuação da Marinha do Brasil na Amazônia Ocidental

Rica por natureza e pela sua imensidão, a Amazônia guarda inúmeros contrastes em decorrência das necessidades básicas de sua população ainda não atendidas, carentes de uma priorização para a região. É composta por um espaço geográfico onde os rios são as principais estradas e, muitas vezes, as únicas, caracterizando-se como vias de acesso cuja dominância pode desequilibrar a seu favor a balança do poder de combate. Atenta a esta necessidade capital, A Marinha do Brasil (MB) se faz representar, na porção oeste da Região Norte desde o ano de 1994, quando foi criado o Comando Naval da Amazônia Ocidental e, em 3 de maio de 2005, foi ativado o Comando do 9º Distrito Naval (9ºDN). A mais nova Organização Militar deste nível hierárquico comandada por um Vice-Almirante passa a ser subordinada, diretamente, ao Comando de Operações Navais, no intuito de aumentar a eficácia operativa e administrativa numa área de considerável destaque estratégico nacional.

O 9ºDN conta com nove organizações militares diretamente subordinadas na sua estrutura: a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, o Comando da Flotilha do Amazonas, a Estação Naval do Rio Negro, o Batalhão de Operações Ribeirinhas, o Centro de Intendência da Marinha em Manaus, a Capitania Fluvial de Tabatinga, o 3º

Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral, a Policlínica Naval de Manaus e o Serviço de Sinalização Náutica do Noroeste. O Comando do 9º Distrito Naval tem como uma de suas principais tarefas a execução de Operações Ribeirinhas, utilizando-se dos seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como atividades de patrulha e de inspeção naval, numa malha hidroviária com 22.000 km de extensão. Isto equivale a cerca de duas vezes e meia a extensão do litoral brasileiro, onde trafegam, aproximadamente, cerca de 35.000 embarcações. Além disso, A Marinha realiza importante trabalho assistencial por meio das Atividades de Assistência Hospitalar (ASSHOP) e Cívico Sociais (ACISO), com seus navios-patrulha, de assistência hospitalar e embarcações das capitâncias fluviais, agências e delegacias, conforme a missão daquele Comando Naval.

A missão do 9ºDN é prestar e empregar as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais subordinadas, em sua área de jurisdição, a fim de contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa. (BRASIL, 2005).

Assim, pode-se evidenciar que a Marinha do Brasil está comprometida com a manutenção da soberania nacional e com a integridade do território na Amazônia Ocidental, além de firmar compromisso com o desenvolvimento regional por meio de ações de apoio a população. A participação da Marinha na agregação, no desenvolvimento regional e no fortalecimento da cidadania passou a ser uma realidade, o que se tornou efetivo com o apoio do Programa Calha Norte e atuação nas ações de assistência hospitalar, de manutenção de material cartográfico e das atividades de proteção de fronteiras.

Neste sentido, pode-se destacar uma das realizações primordiais dessa parceria da Marinha do Brasil com o PCN, que foi a ativação do Serviço de Sinalização Náutica do Noroeste (SSN-9), no dia 22 de outubro de 2014, na cidade de Manaus - AM, fruto de investimentos com o propósito de atender a demanda pelo conhecimento cartográfico da Amazônia Ocidental, devido ao incremento do tráfego mercante comercial e do crescente interesse da Marinha do Brasil na região. Para ilustrar a importância da criação do SSN-9 para a região, na definição do Ministério dos Transportes, pode-se citar que as hidrovias de interior podem ser rios, lagos e lagoas navegáveis que receberam algum tipo de sinalização para que um determinado tipo de embarcação possa trafegar com segurança por esta via. (BRASIL, 2014).

Diante desse conceito e com o aumento significativo do volume do tráfego comercial, em decorrência do escoamento do petróleo e gás de Urucu-AM¹³, da soja e fertilizantes pelo Rio Madeira, de eletroeletrônicos e automotivos, produzidos na Zona Franca de Manaus, entre os mais significativos em termos econômicos, a opção hidroviária possibilita a redução de tarifas e fretes na circulação de pessoas e cargas, potencializando diversas atividades produtivas. Na Amazônia Ocidental, estima-se que a extensão das vias navegáveis da região, para efeito de embarcações de médio e grande porte, seja da ordem de 10.385km, o que, aliado à enorme e frequente variabilidade das características morfológicas do leito e das margens dos principais rios da Bacia Amazônica, requer um esforço elevado e sistemático para a atualização da cartografia náutica da região. Abaixo, nas ilustrações da figura 12, apresentam-se as instalações dessa importante infraestrutura para o tráfego aquaviário, subsidiada pelo Programa Calha Norte.



FIGURA 12 – Instalações do Serviço de Sinalização Náutica do Noroeste

Fonte: Marinha do Brasil

A Marinha ainda tem realizado diversas obras de infraestrutura, de manutenção de suas embarcações e de aquisições de equipamentos necessários ao desempenho de suas funções constitucionais. No período de 2015 a 2018, o Comando do 9º Distrito Naval recebeu a quantia de R\$ 19.679.690, 20 do Programa Calha Norte, o que foi de suma importância para as ações de manutenção da soberania nacional e integridade do território brasileiro desempenhadas ao longo das vias fluviais da Amazônia Ocidental. A seguir, serão apresentadas algumas benfeitorias realizadas como

¹³ A Província Petrolífera de Urucu está próxima ao rio de mesmo nome, no município de Coari, a 650 km da capital Manaus. Trata-se da maior reserva provada terrestre de petróleo e gás natural do País (BRASIL, 2016).

resultado da aplicação desses recursos oriundos do PCN, conforme a Tabela 4 e as figuras seguintes.

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	OBRA	VALOR (R\$)
20X6 (desenvolvimento sustentável regional do PCN)	Contenção de talude	2.702.683,07
	Aquisição da lancha Aruanã	670.259,00
	Aquisição de Simuladores navais	831.755,00
	Manutenção de Próprios Nacionais Residenciais (PNR)	1.543.046,15
	TOTAL	5.747.743,22

TABELA 4 – Emprego de recursos do 9º DN
Fonte: 9º DN



FIGURA 13 – Contenção de talude
Fonte: 9º DN



FIGURA 14 – Simuladores navais
Fonte: 9º DN



FIGURA 15 – Lancha Aruanã
Fonte: 9º DN



FIGURA 16 – Manutenção de PNR
Fonte: 9º DN

4.2.3 A atuação do Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental

A área de abordagem da temática para o Exército corresponde à porção do território sob a jurisdição do Comando Militar da Amazônia (CMA), que é formada pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. equivalendo a cerca de 25%

do território brasileiro e com uma população estimada de 6.687.407 pessoas. O CMA é formado pelos seguintes grandes comandos e grandes unidades com suas respectivas localizações:

- A 12ª Região Militar (12ª RM) em Manaus/AM;
- A 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) em Boa Vista/RR;
- A 2ª Brigada de Infantaria de Selva (2ª Bda Inf SI) em São Gabriel da Cachoeira/AM;
- A 16ª Brigada de Infantaria de Selva (16ª Bda Inf SI) em Tefé/AM;
- A 17ª Brigada de Infantaria de Selva (17ª Bda Inf SI) em Porto Velho/RO; e
- O 2º Grupamento de Engenharia (2º Gpt E) em Manaus/AM.

Considerado prioritário pelo Exército, o Comando Militar da Amazônia realiza a segurança e a vigilância de 9.925 quilômetros de fronteira assim distribuídas: com a República da Guiana - 964 km; em relação à Venezuela - 2.199 km; no tocante à Colômbia - 1.644 km; com o Peru - 2.995 km e junto à Bolívia – 2.123 km. A grande maioria dessas fronteiras são secas, sendo algumas com cidades vizinhas, o que facilita a circulação de pessoas e bens e a ocorrência de crimes transfronteiriços. Assim, ratifica-se a necessidade de políticas públicas que mantenham a população ocupando essas áreas com uma vida digna e acesso a serviços, muitas vezes, presentes só nas grandes cidades. A ausência desses serviços facilita a existência de tais ilícitos.

A implementação do Plano de Estruturação do Exército resultou em grandes modificações para o CMA, com a transferência de grandes unidades e organizações militares do sul e sudeste do País, a ampliação e a construção de novas OM de fronteira, em diferentes localidades da Amazônia, o que demonstra a alta prioridade atribuída pelo Exército a esta Região. Ressalta-se que muitas iniciativas dessa política foram patrocinadas com recursos do Programa Calha Norte, que, entre outras demandas, prevê o cumprimento da determinação presidencial, contida no Decreto nº 6.513, de 22 de julho de 2008, de instalar unidades militares em terras indígenas situadas na faixa de fronteira, devendo considerar a presença de áreas de conservação da natureza, também fundamentais à defesa e indispensáveis à segurança nacional pela localização anecúmena, consoante os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, para impedir que haja extensas regiões desguarnecidas de vigilância e monitoramento.

A Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) constituem-se em marcos significativos para a orientação do planejamento estratégico no Exército Brasileiro. A PND, dentre outros aspectos, priorizou a Amazônia pela sua importância estratégica, valorizando a presença do Exército, ao longo da fronteira dessa região, como condição necessária para a conquista de objetivos de estabilização, de preservação e de promoção do desenvolvimento integrado na área. Por sua vez, a END, além de priorizar esta parte do País em uma de suas diretrizes, considera que o desenvolvimento sustentável dessa porção do território passará a ser visto, também, como instrumento da defesa nacional. O Exército Brasileiro estabelece os seguintes compromissos com a Amazônia:

- Contribuir para a garantia da soberania nacional, da integridade territorial e dos interesses nacionais;
- Contribuir para a ampliação da presença do Estado, com integração das ações dos três níveis de governo, da sociedade civil e dos setores empresariais;
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e da redução das desigualdades regionais;
- Contribuir para o fortalecimento da integração do Brasil com os países sul-americanos amazônicos, fortalecendo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Foro Consultivo de Municípios, Estados, Províncias e Departamentos do Mercosul;
- Cooperar com as ações interagências no combate ao desmatamento ilegal, aos crimes transfronteiriços e na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Os conflitos continuados em países limítrofes, a necessidade de melhor relacionamento com os indígenas e o aumento significativo dos ilícitos transfronteiriços, impuseram a presença cada vez mais marcante das Forças Armadas e o emprego de uma política específica totalmente aplicável à região e fundamentada nas condicionantes locais existentes, que é o Projeto Calha Norte, sempre considerando o contexto no qual o Brasil está inserido mundialmente. A seguir serão apresentados os principais pontos que justificam a importância do PCN para o desenvolvimento da infraestrutura da Amazônia Ocidental no âmbito do EB.

Antes de 1985, o CMA só possuía 3 pelotões especiais de fronteira (PEF) instalados. Uma das mais notáveis contribuições do Programa Calha Norte para este desenvolvimento foi cooperar, com parte do subsídio financeiro, para a implantação

de 21 pelotões de fronteira na área do Comando Militar da Amazônia ao longo de mais de 34 anos de atuação, conforme a imagem abaixo:



FIGURA 17 – Desdobramento dos pelotões especiais de fronteira no CMA

Fonte: Ministério da Defesa

Atualmente, essas frações totalizam a quantidade de 24 PEF, com as seguintes subordinações e sedes:

- 1ª Bda Inf SI / Comando de Fronteira Roraima (CFRR) / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (7º BIS) / 1º PEF (Bonfim-RR), 2º PEF (Normândia-RR), 3º PEF (Pacaraima-RR), 4º PEF (Surucucu-RR), 5º PEF (Auaris-RR) e 6º PEF (Uiramutã-RR);

- 2ª Bda Inf SI / Comando de Fronteira Rio Negro (CFRN) / 5º Batalhão de Infantaria de Selva (5º BIS) / 1º PEF (Yauretê-AM), 2º PEF (Querari-AM), 3º PEF (São Joaquim-AM), 4º PEF (Cucuí-AM), 5º PEF (Maturacá-AM), 6º PEF (Pari-Cachoeira-AM) e 7º PEF (Tunuí-AM);

- 16ª Bda Inf SI / Comando de Fronteira Solimões (CFSOL) / 8º Batalhão de Infantaria de Selva (8º BIS) / 1º PEF (Palmeira do Javari-AM), 2º PEF (Ipiranga-AM), 3º PEF (Vila Bitencourt-AM), 4º PEF (Estirão do Equador-AM); e

- 17ª Bda Inf SI / Comando de Fronteira Acre (CFAC) / 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS) / Companhia Especial de Fronteira (CEF-Epitaciolândia-AC) / 2º PEF (Assis Brasil-AC), 3º PEF (Plácido de Castro-AC), 4º PEF (Santa Rosa do Purus-AC); Comando de Fronteira Juruá (C Fron Jur) / 61º Batalhão de Infantaria de Selva (61º BIS) / 1º DEF (Marechal Thaumaturgo-AC), 2º DEF (São Salvador-AC); Comando de Fronteira Rondônia (CFRO) / 6º Batalhão de Infantaria de Selva (6º BIS) / 1º PEF (Forte Príncipe da Beira-RO).

Os pelotões especiais de fronteiras são frações do Exército brasileiro, com um efetivo aproximado de setenta militares comandados por um tenente e estão desdobrados sob as vias de acesso ao interior do território brasileiro. A função tática primordial desse tipo de tropa é a vigilância de suas áreas de responsabilidade. Contudo, exercem outra função extremamente importante que consiste em proporcionar a única presença do Estado Brasileiro aos habitantes daqueles rincões do País. Os PEF servem como polos irradiadores de civilidade, representando na sua autenticidade o binômio BRAÇO FORTE – MÃO AMIGA, minorizando que as comunidades fronteiriças sejam cooptadas por fatores externos desfavoráveis, tais como forças de guerrilha, garimpos ilegais, tráfico de drogas, crimes ambientais, ilícitos transfronteiriços, em suma, todos esses elementos que prejudicam a existência dos povos que aí habitam.

A Amazônia possui inúmeros problemas que dificultam a sua integração ao Território Nacional, entre eles podem-se citar os vazios demográficos, a existência de fronteira não vivificadas, o posicionamento marginal em relação aos sistemas de circulação, o ambiente de selva, a grande extensão territorial, a precariedade das comunicações, dentre outros. No intuito de minimizar esses revesses à integração do território amazônico ao restante do Brasil e ampliar a segurança territorial, o Exército buscou criar novas unidades e, ainda, transferir organizações militares de outras partes do País para àquela região. Neste sentido, serão analisadas as três grandes unidades que foram transferidas para a Amazônia Ocidental com os objetivos de priorização da soberania nacional e do desenvolvimento regional, ambas ações apoiadas pelo Projeto Calha Norte.

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI), “Brigada Lobo D’Almada”, sediada na cidade de Boa Vista-RR, e subordinada ao Comando Militar da Amazônia, possui grande parte de seus 2.500 militares distribuídos na linha de fronteira, cuja missão é proteger o Estado Brasileiro, prioritariamente em Roraima, contribuindo

para o desenvolvimento regional, conforme estabelecido em lei. É a Brigada mais setentrional do Brasil, localizando-se quase toda no Hemisfério Norte, exceto o 1º BIS Aeromóvel (Amv), localizado em Manaus-AM. A localização da Bda lhe proporciona diferenças marcantes de clima e regime pluviométrico em relação aos outros estados da Região Norte. Estando formada conforme o seguinte organograma:

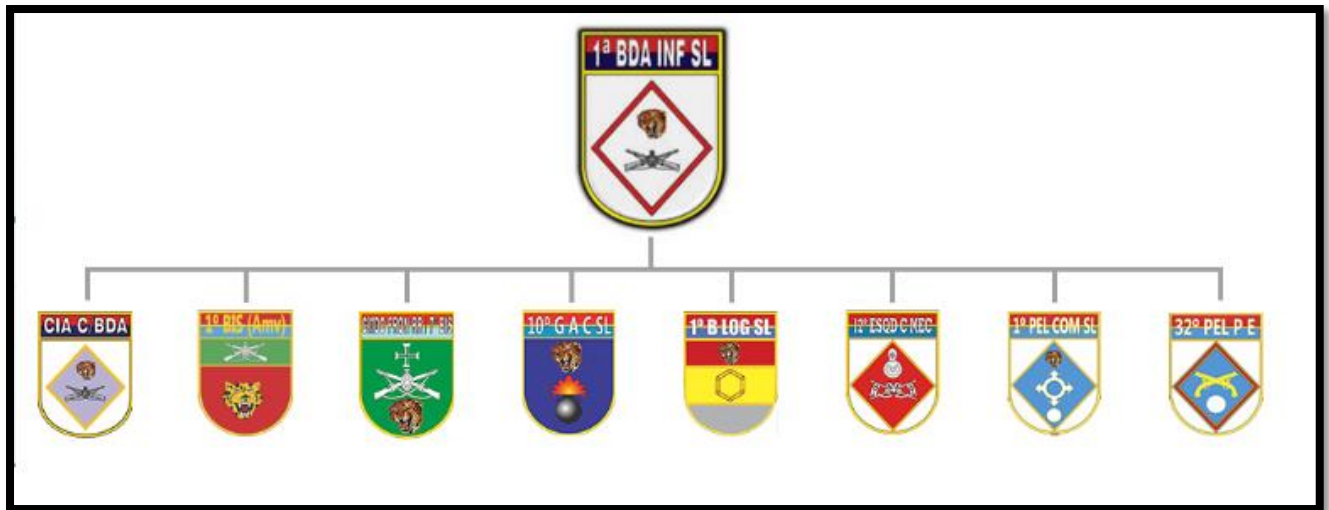


FIGURA 18 – Organograma da 1ª Bda Inf SI

Fonte: Acervo da Grande Unidade

A seguir, as unidades que compõem a Brigada, com suas respectivas sedes: 1º BIS (Manaus-AM), CFRR/7º BIS, 10º Grupo de Artilharia de Selva (10º GAC SI), 1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log SI), Companhia Comando da Brigada (Cia Cmdo Bda), 12º Esquadrão Cavalaria Mecanizado (12º Esqd C Mec), 32º Pelotão de Polícia do Exército (32º Pel PE) e 2º Pelotão de Comunicações de Selva (2º Pel Com SI). As organizações militares (OM) nominadas, com exceção da primeira, encontram-se sediadas na capital do Estado de Roraima. Ressalta-se que o Programa Calha Norte implementou, com o repasse de recursos da vertente militar, a infraestrutura dessas OM, além de cooperar com o desembolso de combustível, na aquisição de peças de viaturas e de embarcações e de diversos outros materiais, inclusive viaturas, que são empregados durante o apoio às comitivas de vistoria do PCN.

A 1ª Bda Inf SI foi criada pelo Decreto Presidencial de 13 de novembro de 1991, passando a funcionar a partir de 1º de janeiro de 1992, com a transferência do Comando da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (1ª Bda Inf Mtz), sediada em Petrópolis-RJ para Boa Vista-RR. Sua denominação histórica, Brigada Lobo D'Almada, constitui homenagem ao Brigadeiro português MANOEL DA GAMA LOBO

D'ALMADA, que chegou ao Brasil, em 1780, para comandar a Fortaleza de Macapá e realizar obras de fortificação que garantissem a soberania portuguesa na região. Atualmente, a 1ª Bda Inf SI possui a missão constitucional, como de todo o Exército Brasileiro, da Defesa da Pátria, da Garantia dos Poderes Constitucionais e, por iniciativa destes, da Lei e da Ordem e, ainda, participar do desenvolvimento e da vivificação da fronteira setentrional do Brasil.

Por meio do Programa Calha Norte, há uma política contínua de melhoria das condições de trabalho e moradia dos integrantes das organizações militares diretamente subordinadas à Brigada Lobo D'Almada, desenvolvendo ações que garantam a soberania nacional e o desenvolvimento regional, ambas totalmente alinhadas com os objetivos estratégicos do PCN. Como exemplo atual, a Comissão Regional de Obras, sediada em Manaus-AM, dá continuidade a obra de construção de 2 blocos de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) para subtenentes e sargentos, em Boa Vista-RR, no valor de R\$ 10.080.184,35, por meio da ação orçamentária 20X6 (desenvolvimento sustentável regional do PCN), o que possibilitará bem-estar social aos militares daquela Guarnição e às famílias contempladas com os apartamentos. O empreendimento está representado nas imagens abaixo (Figura 19).



FIGURA 19 – Blocos de PNR da 1ª Bda Inf SI

Fonte: Comissão Regional de Obras

A 2ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em São Gabriel da Cachoeira, no extremo oeste do Estado do Amazonas, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, é a Grande Unidade mais isolada do Exército Brasileiro, distando da sede

do Comando Militar da Amazônia, em Manaus-AM, por meio fluvial cerca de 1.146 km e pelo modal aéreo aproximadamente 856 km. Para fins de comparação; a distância aérea entre as cidades de São Paulo-SP e Porto Alegre-RS é cerca de 852 km. Ainda, tratando de dimensões continentais, a área de responsabilidade da Bda, formada pelos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, totalizam uma extensão de 294.486 km², sendo maior do que o Estado de São Paulo, que possui 248.200 km². Todo esse gigantismo, em termos de espaço territorial, é uma deficiência crítica devido à baixa densidade demográfica (0,35 hab/ km²) e à grande permeabilidade das fronteiras com a Colômbia e a Venezuela, ocasionando em ausência de poder público e concorrendo para os ilícitos transfronteiriços.

Tais fatores, aliados à transnacionalidade e à supranacionalidade das questões relativas à preservação do meio ambiente e à proteção de povos indígenas, aspectos esses complementados pela crescente radicalização da defesa da ecologia, notadamente por parte de potências militares e econômicas, colocam a região em expressiva e permanente evidência no âmbito da conjuntura mundial, mantendo a temática amazônica constantemente presente em importantes foros internacionais de discussão.

Cabe ressaltar que a manutenção da ordem e a proteção da Amazônia e dos cidadãos brasileiros que nela habitam são misteres indispensáveis e intangíveis, posto que tais ações constituem-se em importantes medidas que fortalecem sobremaneira a soberania do Brasil nessa estratégica parte do território nacional. Nesse sentido, a manutenção da ordem e a proteção de grande parte desta imensa floresta e de toda a riqueza, tangível ou não, nela contida, incluindo os milhares de habitantes autóctones ou não, está confiada à 2ª Brigada de Infantaria de Selva, denominada Brigada Rio Negro, em homenagem ao Rio principal de mesmo nome que banha sua vasta área de responsabilidade. Ressalta-se que o Programa Calha Norte apoia as ações de soberania e de desenvolvimento implementadas por aquela Grande Unidade.

A 2ª Bda Inf SI enquadra as seguintes unidades, todas em São Gabriel da Cachoeira, à exceção do 3º BIS que se encontra em Barcelos-AM, no médio Rio Negro e possui o seguinte desdobramento: Comando de Fronteira Rio Negro e 5º Batalhão de Infantaria de Selva (CFRN/5ºBIS), 3º Batalhão de Infantaria de Selva (3ºBIS), 2º Batalhão Logístico de Selva (2º B Log SI), Companhia Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva (Cia Cmdo 2ª Bda Inf SI), 22º Pelotão de Polícia do Exército (22º

Pel PE) e 2º Pelotão de Comunicações de Selva (2º Pel Com SI), conforme a figura seguinte.

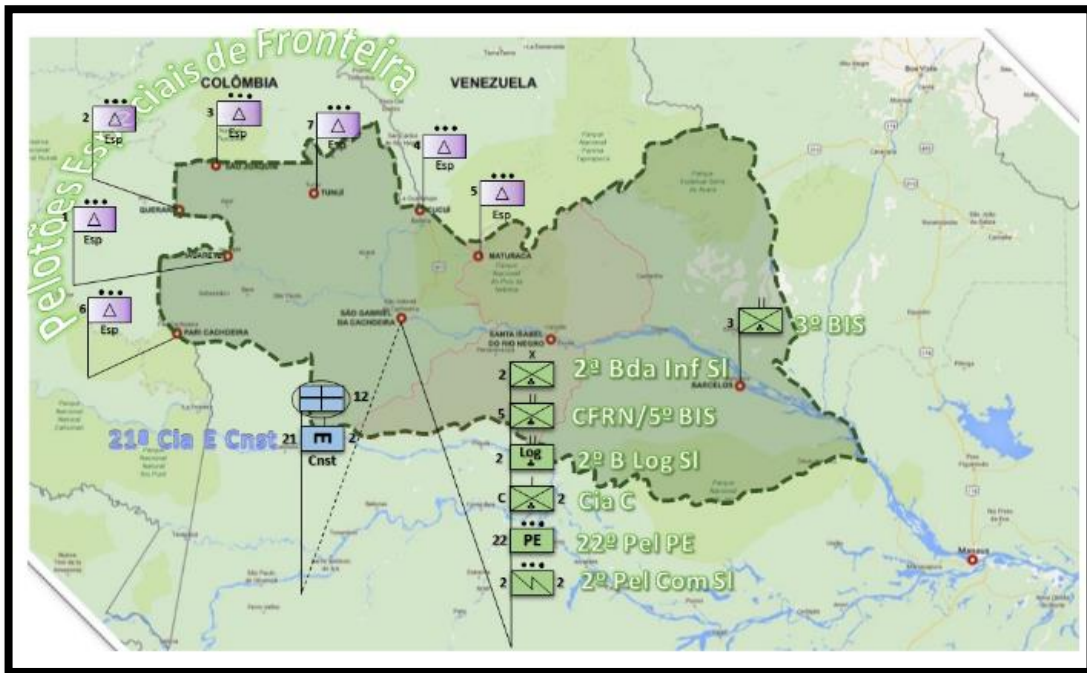


FIGURA 20 – Desdobramento da 2ª Bda Inf SI
Fonte: Acervo da OM

Estando permanentemente desdobrada ao longo dos 1.700 Km de fronteira, a 2ª Bda Inf SI controla as principais penetrantes fluviais e terrestres, sendo esta missão levada a cabo pela presença diuturna e permanente e por operações reais ininterruptas, reprimindo ilícitos transfronteiriços e ambientais em sua área de responsabilidade. O Programa Calha Norte vem apoiando constantemente a construção e melhoria da infraestrutura militar daquela Grande Unidade por estar totalmente alinhada com os objetivos estratégicos do PCN, os quais visam o incremento da soberania nacional e o desenvolvimento regional das regiões inóspitas daquela porção do extremo oeste da Amazônia.

Com a finalidade de dar cumprimento aos objetivos estratégicos elencados pelo Programa Calha Norte e em entendimento com o Comando do Exército, adotou-se como uma das prioridades da vertente militar a construção do 3º Batalhão de Infantaria de Selva (3º BIS) localizado em Barcelos-AM, como esforço principal de melhoria da infraestrutura militar na área da Brigada Rio Negro. O início da construção ocorreu em 2008, quando a Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar (CRO/12) e a 21ª Companhia de Engenharia de Construção (21ª Cia E Cnst), trabalhando em conjunto, ergueram as primeiras instalações do aquartelamento e realizaram trabalhos de terraplanagem, drenagem e pavimentação daquela

Organização Militar. É importante salientar que, desde o começo das obras, houve uma preocupação em construir instalações de apoio à família militar, como os PNR de oficiais e praças, bem como os hotéis de trânsito de oficiais e dos subtenentes e sargentos, já que não havia estrutura adequada para recepção e alojamento de famílias no mercado imobiliário local. Atualmente, segue-se a ampliação da Unidade com diversas obras, conforme a tabela e as imagens seguintes:

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	OBRA	VALOR (R\$)
20X6 (desenvolvimento sustentável regional do PCN)	Construção do Pórtico	19.584,33
	Caixa d'água e cisterna	298.717,80
	Pavilhão Garagem	215.484,97
	Corpo da Guarda dos Paióis	198.484,20
	Estande de Tiro	1.037.394,71
	Adequação da rede elétrica	49.600,54
	TOTAL	1.819.266,55

TABELA 5 – Principais obras do 3º BIS
Fonte: CRO/12



FIGURA 21 – Pórtico

Fonte: CRO/12



FIGURA 22 – Pavilhão Garagem

Fonte: CRO/12



FIGURA 23 – Estande de Tiro

Fonte: CRO/12



FIGURA 24 – Corpo da Guarda dos Paióis

Fonte: CRO/12

A 2ª Bda Inf SI ainda continua em implantação com diversas outras obras sendo realizadas por meio de recursos oriundos do Programa Calha Norte, cabendo destacar a construção de 2 blocos de PNR para oficiais e praças na sede daquela Grande

Unidade, proporcionando melhores condições de vida para os militares e suas famílias numa cidade cujas opções de imóveis para locação são reduzidas. Dessa forma, seguem-se a tabela de valores e as imagens da construção dos prédios.

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	OBRA	VALOR (R\$)
20X6 (desenvolvimento sustentável regional do PCN)	Bloco de PNR para oficiais	5.882.909,04
	Bloco de PNR para praças	5.620.698,40
	TOTAL	11.503.607,44

TABELA 6 – Principais obras da 2ª Bda Inf SI

Fonte: CRO/12



FIGURA 25 – Bloco de PNR para oficiais
Fonte: CRO/12



FIGURA 26 – Bloco de PNR para subtenentes e sargentos
Fonte: CRO/12

Em 16 de dezembro de 1980, foi criada a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada (16ª Bda Inf Mtz), sediada em Santo Ângelo-RS, a qual foi transferida para a Amazônia por meio do Aviso Ministerial Nr 02-Reservado, de 30 de março de 1992, passando a denominação de 16ª Brigada de Infantaria de Selva (16ª Bda Inf SI). A transferência da Brigada da Região Sul para a Norte deu-se em duas fases: a primeira constituiu-se no deslocamento do escalão avançado para a cidade de Manaus - AM, onde, no dia 23 de abril de 1993, o Comando da Brigada instalou-se, em caráter provisório, nas dependências do 2º Grupamento de Engenharia de Construção.

A Segunda fase caracterizou-se pelo deslocamento definitivo para o seu destino final, a cidade de Tefé-AM, a partir do mês de maio de 1993, quando ocupou a antiga Escola Técnica Rural como seu Quartel-General. Após sua instalação na Amazônia Ocidental, a 16ª Bda Inf SI passou a ser constituída pelas seguintes organizações militares: Comando de Fronteira Solimões/8º Batalhão de Infantaria de Selva (CFSol/8º BIS - Tabatinga - AM), 17º Batalhão de Infantaria de Selva (17º BIS – Tefé-AM), 61º BIS (Cruzeiro do Sul - AC), Companhia Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (Cia Cmdo/16ª Bda Inf SI) e 34º Pelotão de Polícia do Exército (34º Pel PE), ambos sediados na cidade de Tefé-AM. Posteriormente, seu quadro

organizacional foi acrescido pela 16ª Base Logística de Selva (16º Ba Log SI), pela Base Administrativa da Guarnição de Tefé (Ba Adm Gu Tefé), pelo 16º Pelotão de Comunicações de Selva (16º Pel Com SI) e pelo Posto Médico da Guarnição (P Med Gu Tefé). Em 18 de março de 2013, a Portaria Nº 158 alterou a subordinação do 61º BIS para a 17ª Bda Inf SI.

O Programa Calha Norte está estreitamente ligado às realizações do Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental, em especial às três grandes unidades apresentadas nesta fase deste trabalho, tendo em vista que o processo de implantação das três brigadas na Amazônia deu-se após a criação do Programa Calha Norte, em 1985 (1ª Bda Inf SI -1992, 2ª Bda Inf SI – 2004 e 16ª Bda Inf SI – 1992), todas abrangidas no período temporal do PCN. É notório que a 17ª Bda Inf SI, sediada em Porto Velho, também é apoiada pelo Programa. Contudo, por sua criação ter ocorrido em 1980, não se relaciona com o espaço de tempo deste estudo.

Consoante com as atuações das outras brigadas já apresentadas neste trabalho, a 16ª Bda Inf SI desempenha, em muitas oportunidades, a única presença do Estado Brasileiro em diversos rincões de sua área de responsabilidade, tendo como missão síntese manter elevado o nível de operacionalidade da tropa para realizar ações de defesa externa, de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), atuar em missões subsidiárias e cooperar com o desenvolvimento regional. Pelo exposto, pode-se analisar que o papel da Grande Unidade está alinhado com o do PCN ao propiciar realizações em prol da soberania nacional e do progresso da região, possibilitando melhores condições de infraestrutura das organizações militares e condições dignas de moradia para a família militar. Para ratificar essa afirmativa, serão apresentados os empreendimentos na área de responsabilidade da Brigada da Missões, na tabela e figuras seguintes.

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	OBRA	VALOR (R\$)
20X6 (desenvolvimento sustentável regional do PCN)	Adequação do Bloco de PNR	1.149.871,12
	Construção do Pavilhão Almojarifado da 16ª Bda Inf SI	1.704.958,09
	Construção do Pavilhão Manutenção de Embarcações da 16ª Ba Log SI	691.053,60
	Construção da Rampa de Acesso da 16ª Ba Log SI	728.893,00
	TOTAL	4.274.775,81

TABELA 7 – Principais obras da 16ª Bda Inf SI

Fonte: CRO/12



FIGURA 27 – Bloco de PNR
Fonte: CRO/12



FIGURA 28 – Pavilhão Almoarifado
Fonte: CRO/12



FIGURA 29 – Pavilhão Manutenção
Fonte: CRO/12



FIGURA 30 – Rampa de Acesso
Fonte: CRO/12

A grande importância do Programa Calha Norte no desenvolvimento da infraestrutura militar na Amazônia Ocidental é ratificada pela amostragem de empreendimentos realizadas nas unidades militares do Exército localizadas naquela região. Ao longo da implantação dessas brigadas, o Programa foi uma das mais vultosas fontes de recursos que proporcionou o sucesso da reestruturação do EB visando a ocupação militar da Amazônia por meio da movimentação de brigadas oriundas das regiões Sudeste e Sul do País, demonstrando o alinhamento de políticas setoriais do Ministério da Defesa e do Comando do Exército para que os objetivos estratégicos do PCN de manutenção da soberania nacional e de integridade territorial, juntamente, com a promoção do desenvolvimento regional fossem alcançados. Esse esforço é demonstrado pela volumosa concentração de recursos nas organizações militares aqui citadas, cujo valor alcança a cifra de R\$ 27.677.834,15.

4.2.4 A atuação da Força Aérea Brasileira na Amazônia Ocidental

A Força Aérea Brasileira (FAB) em muito contribuiu para reduzir o isolamento da Região Amazônica e das dispersas comunidades nela agregadas, participando

ativamente das ações desenvolvidas a partir das linhas regulares do Correio Aéreo Nacional (CAN). Longas distâncias entre as localidades, intempéries restringindo a navegação fluvial e dificultando em alto grau a construção de rodovias, tornou imperativa a implantação de uma malha aeroviária na região. Foi naquela ocasião que o espírito visionário do Brigadeiro Eduardo Gomes empreendeu esforço na busca da integração da Amazônia ao restante do País, por meio do CAN.

Devido a isso, é correto afirmar que a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA) surgiu da necessidade de implementar um sistema de transporte adequado às extensões continentais dessa parte do Brasil. O início da concretização desse objetivo ocorreu com a criação, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e da posterior Comissão Mista FAB/SPVEA, em 1955. Algum tempo depois, em dezembro de 1956, esse grupo tornou-se a COMARA, com a missão de projetar, equipar e construir aeroportos na Amazônia, além de realizar obras civis para órgãos da administração federal, estadual e municipal, de acordo com os interesses do Comando da Aeronáutica.

Um rápido balanço mostra que, no início da década de 50, existiam apenas 17 aeródromos na Amazônia, dos quais apenas dois – Manaus e Belém – eram asfaltados. Hoje, refletindo um passado de realizações exitosas, podemos contar a construção e recuperação de mais de 170 pistas, mais de 70 reformas de instalações aeroportuárias e vias públicas, além de significativo apoio prestado a diversos órgãos federais. Em 17 de setembro de 2001, a Portaria Ministerial nº 733/GC3, subordinou a COMARA ao Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR). Nessa mesma data, a Portaria nº 734/GC3 estendeu o trabalho da instituição a outras regiões do Brasil. Em 2017, a subordinação da COMARA passou para a Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (DIRINFRA).

Há que se destacar que o trabalho da COMARA, fundamental para a soberania nacional, possui, também, importância ímpar para a integração da Amazônia, facilitando a fixação do homem na região e proporcionando-lhe o acesso aos grandes centros do País, com rapidez e segurança. Dessa forma, observa-se o alinhamento de objetivos com o Programa Calha Norte por meio da vivificação das áreas de fronteira e manutenção da integridade territorial. Ainda, deve ser visualizado que a construção de pistas de pouso na Região Norte, em especial nas localidades que possuem Pelotões Especiais de Fronteira, proporciona capacidade de projeção do poder com o deslocamento de meios e tropas para locais decisivos, o que é um fator

dissuasório de elevada importância. Neste sentido, as atuais pistas de pouso estão sendo adequadas e ampliadas pela Comissão, localizadas na 2ª Bda Inf SI/CFRN/5ºBIS/1ºPEF, em Yauaretê e 16ª Bda Inf SI /CFSOL/8ºBIS/4ºPEF, sediado em Estirão do Equador, ambos no Estado do Amazonas, conforme a Tabela 8 e as ilustrações das figuras 31 e 32.

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	OBRA/MATERIAL/SERVIÇO	VALOR (R\$)
20X6 (desenvolvimento sustentável regional do PCN)	Manutenção de equipamentos e viaturas para ampliação dos aeródromos	609.728,00
	Aquisição de materiais e transporte fluvial de apoio às obras	775.567,00
	Ampliação do Aeródromo de Yauaretê-AM	737.479,06
	Ampliação do Aeródromo de Estirão do Equador-AM	737.479,06
	TOTAL	2.860.253,12

TABELA 8 – Principais obras da COMARA

Fonte: COMARA



FIGURA 31 – Aeródromo de Estirão do Equador - AM
Fonte: COMARA

FIGURA 32 – Aeródromo de Yauaretê - AM
Fonte: COMARA

4.3 CONCLUSÃO PARCIAL

O Programa Calha Norte se apresenta como uma política pública exitosa, com a madurez de aplicação de recursos governamentais por mais de 34 anos numa

porção estratégica do Brasil, visando a manutenção da soberania por meio da ocupação do território e do desenvolvimento regional, a partir das vertentes militar e civil. Contudo, há um descompasso na distribuição do orçamento do PCN que, em média, repassa 4 vezes mais créditos aos governos estaduais e municipais convenientes, em relação aos que recebem as Forças Armadas.

À época de criação do PCN, sua área de responsabilidade era de 74 municípios e 4 estados, atualmente, a extensão do Programa alcançou 393 localidades em 9 unidades da Federação. Pelo exposto, considera-se que o montante repassado à vertente militar deveria ter um crescimento similar à dimensão da vertente civil, tendo em vista que mais unidades militares passaram a estar incluídas na área do PCN, assumindo atribuições inerentes ao Programa. Porém, o incremento do percentual do repasse não ocorreu, conforme o que foi representado na tabela 2 deste trabalho. A falta de recursos não auxilia na execução de ações de manutenção da soberania e integridade do território, afetando estes objetivos estratégicos.

Assim, é necessário diminuir a diferença dessa balança por meio de ações ministeriais que atendam, em melhores condições, às Forças Armadas como a disponibilidade de recebimento de recursos não aplicados pela vertente civil, o convencimento de congressistas em conceder emendas parlamentares diretamente para as Forças Singulares, o emprego dos valores da taxa administrativa dos convênios e contratos de repasse em prol da vertente militar e a cooperação física e econômica das demais pastas ministeriais junto ao Ministério da Defesa. Ainda, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 100/2019, haverá um acréscimo de cerca de R\$ 2,1 bilhões de reais na Lei Orçamentária Anual para utilização pelo Poder Legislativo, o que proporcionará um maior repasse de recursos ao PCN. Essas oportunidades devem ser aproveitadas pelo Ministério da Defesa para angariar uma maior quantidade de recursos para o Programa, visando minorar a distinção entre os valores distribuídos às vertentes militar e civil.

No tocante às obras realizadas na melhoria da infraestrutura da Amazônia Ocidental, é notório que o Programa Calha Norte impulsiona o desenvolvimento da região, fazendo com que a economia local se expanda com aportes de recursos como os já apresentados. Ainda há muito a se fazer pelo progresso da Região, mas o Ministério da Defesa está realizando um exemplar papel de indutor do crescimento econômico nas áreas contempladas pelo Programa, aliado ao desenvolvimento social, pois grande parte da mão de obra utilizada nas obras e serviços de engenharia são

oriundos das localidades atendidas e o comércio local é o fornecedor de materiais empregados nas construções. Tudo isso possibilita a vivificação das áreas de fronteira, reforçando a soberania e a manutenção do território.

5. CONCLUSÃO

Entre 1985 e o início dos anos 90, as Forças Armadas Brasileiras começaram a reavaliar seu papel na Defesa Nacional, devido aos diversos movimentos interessados na internacionalização da Amazônia ocorridos naquela época. Dentre eles estavam a divulgação de certas teses encampadas por entidades internacionais e por importantes líderes mundiais, notadamente de países do chamado G-7, o grupo que engloba os sete países mais industrializados do mundo. Para contrapor a isso, surgiram programas como o Calha Norte e outros, com o objetivo de aumentar a presença do Estado na Região Norte do País, possuidora de uma das maiores taxas de vazios demográficos do planeta. Paralelamente, os esforços para uma maior integração econômica com países do Cone Sul resultaram na diminuição das desconfianças até então existentes e na conseqüente diminuição da estrutura militar no Sul do País. Com isso, as Forças Armadas puderam voltar seus olhos mais diretamente para a Amazônia, sendo iniciado um processo para aumentar a presença militar brasileira na área, conforme era o desejo do General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, antigo Comandante Militar da Amazônia/12ª Região Militar, um dos militares que mais lutou em prol da necessidade estratégica premente de uma maior integração, desenvolvimento e defesa da Amazônia brasileira. Ao criar e instalar o 2º Grupamento de Engenharia em Manaus, afirmou na Ordem do Dia:

A Amazônia não é um inferno verde nem um paraíso perdido! Mas, sim, uma vasta área onde toda uma geração espera ansiosa e confiante o esplendente alvorecer de um amanhã fecundo, diferente e promissor. É tempo, na verdade, do homem comandar a vida na Amazônia, deixando de escravizar-se ao rio, como secularmente vem acontecendo. É tempo de findar aquela extrema anomalia, tão decantada no passado de que o homem, na selva, vivendo da exploração florestal, pelo isolamento insuperado, trabalha para escravizar-se. É tempo de mudarmos essa imagem. O que queremos é uma Amazônia integrada, mas para sempre brasileira. (RAMOS, 1970)

O Programa Calha Norte, que completou 34 anos de existência neste ano, apresenta-se como uma política pública madura e com a estrutura organizacional delineada de forma eficiente e eficaz para cumprir os objetivos estratégicos de manutenção da soberania, de integridade do território e de desenvolvimento regional, atendendo as áreas atendidas com projetos concretos conveniados pelo Ministério da Defesa junto aos estados e municípios e por meio de repasse de recursos diretamente às Forças Armadas. Em relação à adversidade de mobilização de força de trabalho para suprir essa organização, cabe uma oportunidade de melhoria no sentido de

viabilização da modalidade de contratação de Pessoal Civil por Tempo Determinado para compor as diversas seções que compõem o Departamento do Programa Calha Norte no Ministério da Defesa e nas seções gestoras do PCN junto ao Comando Militar da Amazônia.

Ao longo do tempo, o Programa Calha Norte se fortaleceu como Política de Estado, passando por diversos governos, alguns que nem foram substituídos pela ordem natural das eleições, mas esta ação governamental nunca foi cogitada como fonte de corrupção. Como ponto de anteparo a qualquer deslize, deve-se citar a robusta documentação regulatória no âmbito do Governo Federal, do Ministério da Defesa e do Exército Brasileiro, que proporcionam o embasamento legal ao PCN, o qual está totalmente alinhado às orientações e às normativas dos órgãos de controle interno e externo. Outro ponto forte faz referência aos instrumentos de acompanhamento utilizados pelo Departamento de Engenharia e Construção e, no âmbito da Amazônia Ocidental, pelo 2º Grupamento de Engenharia para a execução das obras de infraestrutura empreendidas na área de responsabilidade do Comando Militar da Amazônia.

O Programa Calha Norte se apresenta como uma política pública exitosa. Contudo, em relação à distribuição de recursos do PCN entre às vertentes militar e civil, faz-se necessário uma diminuição da diferença entre os montantes empregados por meio de um crescimento similar das quantias repassadas a cada parte integrante do Programa. A série histórica de distribuição de valores, apresentada no Capítulo 4, demonstra que houve um crescimento nominal do repasse, no período de anos de 2003 a 2018, à vertente civil na ordem de 56 vezes; no mesmo intervalo de tempo, os valores destinados às Forças Armadas tiveram um acréscimo de, aproximadamente, 3 vezes somente. Entre os anos apontados, houve um acréscimo de 151 para 393 municípios, abarcando uma maior quantidade de organizações militares empregadas para atender a esse crescimento de área. Pelo exposto, nota-se que esse desequilíbrio não auxilia na execução de ações de manutenção da soberania e de integridade do território. Para correção desse ponto, foram levantadas iniciativas a serem implementadas pelo Ministério da Defesa junto ao Poder Legislativo visando o repasse de recursos de emendas parlamentares à vertente militar do Programa e a utilização da taxa administrativa a ser cobrada sobre os convênios em favor das Forças Singulares, além da integração de outros ministérios ao PCN.

No tocante ao desenvolvimento da infraestrutura militar na Amazônia Ocidental, observa-se que os recursos alocados pelo Programa Calha Norte cooperaram com a Política de Estado de vivificação das fronteiras brasileiras, em especial as pertencentes à Amazônia Ocidental, com a transferência de unidades militares de outras regiões do País para aquela porção do território, a implantação de aeródromos em localidades estratégicas e a salvaguarda das vias fluviais penetrantes mais relevantes ao País, além de possibilitar melhores condições de trabalho aos militares e bem-estar aos familiares que residem em áreas anecúmenas do Brasil.

Finalmente, conclui-se que o Programa Calha Norte é uma política pública de Estado coberta de êxito e que possui uma grande potência indutora para proporcionar o desenvolvimento regional de áreas inóspitas, especialmente, a Amazônia Ocidental, que é composta por algumas das unidades da Federação mais atrasadas em termos de crescimento econômico e humano. Como qualquer macroprojeto, é necessária a revisão de oportunidades de melhorias que se apresentam como considerações a serem corrigidas, contudo, ressalta-se que esses pontos são diminutos em relação ao sucesso do PCN ao atingir seus objetivos estratégicos de ocupação do território, o progresso da região e a manutenção da soberania nacional em prol da Amazônia, área depositária de volumosos recursos naturais, os quais o Brasil não pode prescindir na sua caminhada de crescimento como uma nação compatível com suas dimensões econômicas e continentais.

CARLOS ELÍZIO SANTIAGO NERY – Cel
Aluno do CPEAEX

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil; Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 8 jul. 2019.

_____. Consultoria Geral da União. Advocacia Geral da União. Cartilha Convênios. São José dos Campos: Consultoria Jurídica da União do Município de São José dos Campos-SP, 2011.

_____. Decreto Presidencial nº 6.513, de 22 de julho de 2008. Altera o Decreto no 4.412, de 7 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6513.htm>. Acesso em 5 ago. 2019.

_____. Emenda Constitucional nº 100, de 26 de junho de 2019. Aprova a execução das emendas apresentadas pelas bancadas estaduais ao Orçamento federal. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/>>. Acesso em 12 jul. 2019.

_____. Exército. Departamento de Pesquisa e Pós-graduação. Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

_____. Exército. Diretoria de Obras Militares. Normas Complementares para Elaboração de Plano Diretor de Organizações Militares. Brasília: DOM, 1992.

_____. Exército. Diretoria de Obras Militares. Sistema Unificado do Processo de Obras. Disponível em: <<http://www.dom.eb.mil.br/opus/>>. Acesso em 10 jul. 2019.

_____. Exército. Estado-Maior do Exército. Escritório de Projetos. Amazônia Protegida. Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/amazonia-protegida>>. Acesso em 5 ago. 2019.

_____. Exército. Gabinete do Comandante do Exército. Portaria Nº 218, de 20 de março de 2017, do Comandante do Exército. Disponível em:<<http://www.dcpas.eb.mil.br/images/PTTC/portanr218cmtexde20mar17.pdf>>. Acesso em 5 ago. 2019.

_____. Força Aérea Brasileira. Comissão de Aeroportos da Região Amazônica. COMARA retoma obras em Estirão do Equador no Amazonas. Disponível em:<<http://www2.fab.mil.br/comara/index.php/2014-12-11-17-51-57/210-comara-retoma-obras-estirao>>. Acesso em 19 ago. 2019.

_____. Força Aérea Brasileira. Comissão de Aeroportos da Região Amazônica. Comitiva visita andamento de obra em Iauaretê. Disponível em:<<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/31902/ENGENHARIA%20%20Comitiva%20visita%20andamento%20de%20obra%20em%20Iauaret%C3%AA>>. Acesso em 19 ago. 2019.

_____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm>. Acesso em: 8 jul. 2019.

_____. Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2004/leicomplementar-117-2-setembro-2004-533982-publicacaooriginal-17852-pl.html>>. Acesso em 8 jul. 2019.

_____. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm>. Acesso em 8 jul. 2019.

_____. Marinha do Brasil. A Marinha na Amazônia Ocidental. Disponível em: <<http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000010/000010ad.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

_____. Marinha do Brasil. Missão do 9º Distrito Naval. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/com9dn/missao>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

_____. Ministério da Defesa. Departamento do Programa Calha Norte. Convênios e Contratos de Repasse: Normas e Instruções. Brasília: 2018. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/manuais/convenios-contratos-repasse-normas-instrucoes.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.

_____. Ministério da Defesa. Departamento do Programa Calha Norte. Diretriz Programática para Contrato de Repasse. Brasília: DPCN, 2019.

_____. Ministério da Defesa. Departamento do Programa Calha Norte. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-calha-norte>>. Acesso em 25 mar. 2019.

_____. Ministério da Defesa. Departamento do Programa Calha Norte. Relatório Situacional 2018. Brasília: 2018. Disponível em:<https://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/relatorios/situacao/relatorio_situacional_2018.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: 2012. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

_____. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. Brasília: 2012. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

_____. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil em Síntese. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>>. Acesso em 5 ago. 2019.

_____. Ministério da Economia. Secretaria de Orçamento Federal. Disponível em <<http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2018/cadastro-de-aco-es-1-1>>. Acesso em 26 jun. 2019.

_____. Ministério das Minas e Energia. PETROBRAS. Urucu: completamos 30 anos na Amazônia com gestão responsável. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/urucu-completamos-30-anos-na-amazonia-com-gestao-responsavel.htm>>. Acesso em 5 ago. 2019.

_____. Senado Federal. Orçamento Federal. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/elemento-de-despesa>>. Acesso em 9 jul. 2019.

BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JÚNIOR, Domício. **Concertação múltipla. A inserção internacional de segurança do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora AS, 2002.

CAVALCANTE, Rony Prudente. **As ações do Exército Brasileiro no Programa Calha Norte: os novos desafios pós - Estratégia Nacional de Defesa.** 2014. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

MYIAMOTO, Shiguenoli. **A política brasileira de defesa e segurança: algumas considerações.** In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (Orgs). O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança. v. 2. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

SILVA, Alberto Teixeira da. **A OTCA e a governança da Amazônia continental.** 2006. Disponível em: <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp/cadastro/atividade/arquivos/21_7_2006_17_26_14.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2019.